SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVII • nº 76 JANEIRO 2012

ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Lição de economia

Aprenda como gastar menos na compra do material escolar.

O início do ano traz sempre as mesmas preocupações com a nossa saúde financeira: dívidas do ano que passou, prestação e seguro do carro, quitação do cartão de crédito estourado por causa das férias com a família, IPTU, IPVA, matrículas dos filhos e, por fim, a detalhada lista de material escolar.

Mas como economizar com as compras de material escolar neste ano de 2012? Conversamos com alguns servidores e eles nos contaram o que fazem para diminuir o rombo no orçamento com as exigências de início de ano das escolas.

A dica é estudar bem a lista escolar

Anderson Raul Lins Ferreira, lotado na Coordenadoria de Gestão de Processos de Trabalho, possui dois filhos, de 18 e 14 anos. O servidor sempre faz comparação da lista solicitada com a lista do ano que passou, além de sempre questionar seus filhos quanto à real utilização dos materiais exigidos.

"Eu verifico a lista de material e comparo com relação ao ano anterior, ou seja, verifico o que foi pedido no ano anterior e o que estão pedindo no ano vigente. Por exemplo, todo o ano a escola pede resma de papel. Então eu verifico com os meus filhos qual foi o consumo do ano passado. Você consumiu realmente uma resma? Não? Então a minha medida econômica para o ano seguinte é levar menos papel para a escola. Compro aqueles pacotes de 100 folhas e converso com a coordenadora pedagógica que, caso haja necessidade de mais material, eu fornecerei no decorrer do semestre letivo", relata Anderson.

O servidor conta, ainda, que costuma pesquisar preços em diferentes estabelecimentos antes de efetuar a compra. "Tenho o costume de verificar em pelo menos três papelarias. No material escolar, a gente encontra muita diferença mesmo", concluiu Anderson. Segundo ele, é necessário fazer a comparação de preços e a verificação da real necessidade de aquisição de todos os itens da lista.

Ao avaliar o impacto provocado no orçamento pelos itens de papelaria, percebemos que eles representam percentual pequeno com relação ao percentual que é gasto com livros. Em vista disso, o pai aplicado oferece mais algumas dicas.

"Na lista de material escolar, a parte do material em si – lápis, borracha, caneta, essas coisas – é pequena, quando a gente pega o orçamento geral. Os livros é que representam investimento alto. Então, primeiro procuro verificar na própria escola, com os colegas do ano anterior que têm o livro, para que eu possa adquirir a um preço mais em conta. Lá em casa mesmo, minha filha vai fazer o primeiro ano do ensino médio. Como o rapaz já está na faculdade, mas antes teve de adquirir aqueles livros para os três anos do ensino médio, na lista de material deste ano da minha filha, ela verificou que alguns livros que a escola está pedindo o irmão já tem em casa", expõe Anderson.

Resista aos modismos

Os pais devem ficar atentos aos apelos das marcas e modismos estampados nas mochilas e cadernos disputados pela garotada.

Elinaldo Camêlo Paiva, lotado na Taquigrafia, tem um filho de 11 anos. Sua estratégia de economia de 2012 foi não comprar todos os itens que a escola pede na lista. Se a escola pedir, por exemplo, dez lápis, ele compra cinco e, no decorrer do ano, vai fazendo a reposição de acordo com a necessidade.

O servidor constatou diferença gritante nos preços dos cadernos disponíveis no mercado: "existem cadernos, materiais que só têm marca, só têm nome, e a qualidade, às vezes, não é tão boa. Eu comprei três cadernos para ele este ano. E só por conta do desenho da capa tinha caderno de R$ 24, sendo que o outro eu comprei por R$ 6,90". Uma diferença de mais de 70%.

O pai observou detalhadamente os cadernos em questão, conferiu o material da capa, comparou também as folhas e linhas e, para o seu espanto, era tudo igual. A única diferença estava no leiaute da capa. "A diferença de preço de um para o outro é absurda e é a mesma coisa", constatou.

Para facilitar um pouco a vida dos pais, o Instituto de Defesa do Consumidor (Procon DF) se adiantou e fez pesquisa de preço em algumas papelarias do Distrito Federal, entre os dias 4 e 10 de janeiro. O intuito da pesquisa é demonstrar a importância de comparar preços antes de efetuar a compra do material exigido pela instituição de ensino.

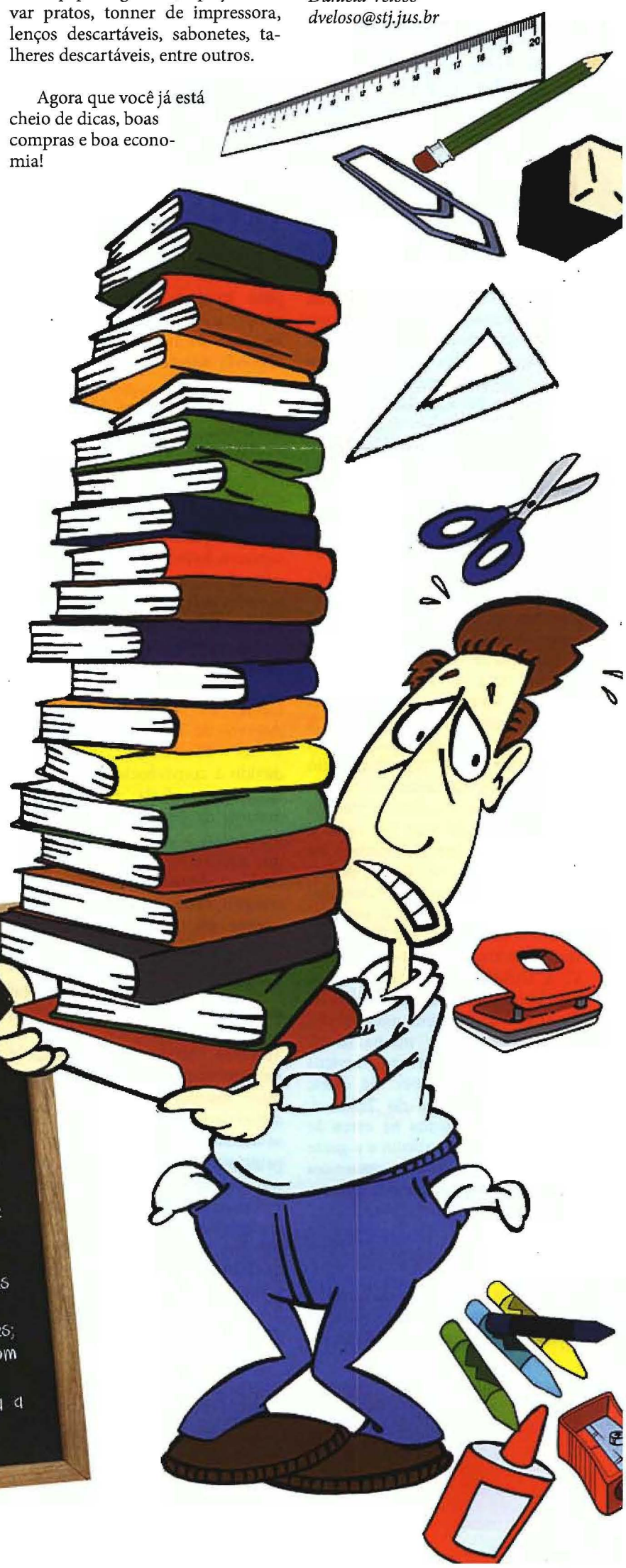
O Instituto destacou 49 itens mais comuns das listas de material escolar e convidou algumas papelarias* cadastradas no Sindicato do Comércio Varejista de Material de Escritório, Papelaria e Livraria do Distrito Federal (Sindipel/DF) a manterem inalterados os preços pesquisados pelo prazo de 15 dias, a contar de 12 de janeiro.

Além disso, o Procon RJ divulgou em seu site lista de materiais escolares que não podem ser exigidos dos pais por serem considerados abusivos. Entre eles, figuram itens como papel higiênico, esponja de lavar pratos, tonner de impressora, lenços descartáveis, sabonetes, talheres descartáveis, entre outros.

Agora que você já está cheio de dicas, boas compras e boa economia!

* Confira a lista com os itens analisados nas papelarias no site http://www.procon.df.gov.br/

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br



PARA FACILITAR SUA VIDA

* Leia com atenção a lista de material escolar e descubra o que seus filhos já possuem em casa e o que ainda pode ser utilizado: cadernos quase novos, giz de cera, lápis de cor, canetas, estojo, mochila;
* Estude a lista com seus filhos e compare com o ano anterior;
* Converse com a escola e descubra se você pode comprar alguns itens no decorrer do ano letivo, para diluir os gastos e não comprometer tanto o orçamento familiar logo nos primeiros meses de 2012;
* Pesquise preços em vários estabelecimentos, inclusive na internet, leia as pesquisas divulgadas em jornais, no site do Procon DF;
* De posse da pesquisa, barganhe, peça desconto ao vendedor que o atendeu e chame também o gerente, ele sempre consegue um desconto maior, mas não esqueça a simpatia;
* Nos sebos você pode fazer grande economia com a compra de livros usados e em bom estado de conservação;
* Reutilize os livros dos filhos mais velhos com os filhos mais novos;
* Tente trocar livros entre os colegas em diferentes idades escolares ou negocie com os pais desses colegas um preço mais barato para adquirir os livros;
* Reúna um grupo de pais para comprar nas papelarias e negocie descontos maiores com os gerentes;
* Não ceda aos modismos e marcas mais caras do mercado, você pode encontrar um produto com qualidade semelhante por até um quarto do valor;
* Não tolere abuso por parte das instituições de ensino que pedem material de consumo para a administração da escola.

CULTURA

Sebos: um capítulo à parte

Aliado da ecologia e da economia, a atividade ganha a cada dia mais clientes.

Se quando alguém fala em sebo vem a sua mente um lugar empoeirado, cheio de teias de aranha e com livros de folhas marrons de tão velhas, você vai se surpreender. Alguns sebos tornaram-se verdadeiros centros de cultura e gastronomia.

Um exemplo é o *Sebinho*, localizado na 406 Norte. Além de livros bem conservados, o estabelecimento possui acervo de CDs, discos de vinil, filmes em DVD e gibis. O espaço conta ainda com um pequeno bistrô e café, agradável para a leitura de jornais. Tudo somado a uma extensa agenda cultural aberta à população, e o melhor: gratuita. Porém, a atração principal é a decoração *retrô*, rica em detalhes até nas mesas, oferecendo opções na área interna e externa. A coisa está tão moderna que o local conta com portal na internet e já está desenvolvendo a loja virtual. Comodidade a preço baixo.

A Asa Norte é rica nesse tipo de estabelecimento. Só na CLN 409 há dois. Quer aderir a essa forma econômica e ambientalmente sustentável de consumo? Vão aí alguns exemplos: Cope Livros (CLN 409), Livraria Pindorama (CRS 505), Armazém do Livro Usado (CLN 402), Achei Livros Novos e Usados (707 Norte), Sebão de Livros Usados (CLN 409), Acervo Sebo (CLN 215), Sebovirthual Livraria (CLN 201), Livraria Saber Ler (QSB 11, Taguatinga Sul).

Mas para quem quiser comprar sem sair de casa, aí vai uma boa indicação: a estante virtual (http://www.estantevirtual.com.br/). Trata-se de um grande sebo on-line, que reúne os acervos de sebos e livreiros de todo o Brasil. Lá você compra livros seminovos e usados por preços acessíveis. E mais: é via de mão dupla. Todos os leitores cadastrados podem vender livros do seu acervo pessoal. Quer mais? Veja as opções: www.sebosonline.com, www.traca.com.br e www.reler.com.br/Sebos_Divulgacao.htm .

A servidora Valéria Rodrigues Soares, lotada na Seção de Atendimento e Publicação da Coordenadoria da Segunda Turma, possui quatro filhos, de 21, 17, 14 e 8 anos. Ela considera esses estabelecimentos ótima medida de economia. Conselho que vem da experiência adquirida com os pimpolhos. "A melhor dica é ir aos sebos para adquirir os livros", afirma. "Os livros estão em bom estado de conservação e com preços, às vezes, de até 40% do valor original, ou seja, com 60% de desconto", diz Valéria. "No sebo a economia seria com os livros, agora, com relação aos cadernos, material de papelaria, o melhor é comprar no atacado ou em armarinhos", acrescenta a servidora.

Elinaldo Camêlo Paiva é outro que adotou o sebo como medida de economia. "Este ano fiz diferente com relação aos livros do meu filho: dos oito livros que eles pediram, eu só comprei três novos, os outros cinco eu comprei em sebo. São livros bem conservados e você economiza bastante nesse sentido", afirma. "Se eu fosse comprar todos os livros novos gastaria quase R$ 1 mil". O orçamento deu cerca de R$ 900: cinco livros no sebo por R$ 250 e os outros três novos por quase o mesmo valor. Economizei uns R$ 400. Se eu tivesse comprado tudo no sebo, economizaria mais ainda", calculou o pai.

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

QUALIDADE DE VIDA

Feira orgânica: saúde de dar água na boca

Público privilegiado com produtos certificados e livres de agrotóxicos.

No STJ, bem-estar e qualidade de vida são ingredientes que integram a rotina de atividades da Casa, onde algumas unidades trabalham para que a conscientização das boas práticas – sejam elas relativas à saúde ou ao meio ambiente – faça parte da vida de todos, indistintamente.

Um dos muitos projetos de sensibilização para novos hábitos nasceu – e deu frutos – com a criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ: é a feira de produtos orgânicos do Tribunal, que traz alimentos produzidos em sistemas agrícolas estruturados em processos naturais, que não agridem a natureza e mantêm intacta a vida útil do solo. O resultado é um alimento limpo, sem fertilizantes químicos tão nocivos à saúde. A vantagem? A oferta de produtos certificados como orgânicos pelo Ministério da Agricultura.

Para passar a prestar a atenção na qualidade de vida, às vezes é preciso um empurrãozinho ou a interferência de uma "pedra" no meio do caminho. "Descobri que tinha pressão alta e passei a procurar meios mais saudáveis para tentar controlar a minha pressão. Vi a feirinha com aquelas coisas bem bonitas, comecei a ter interesse em ir lá e a consumir mais salada, que acrescentei na minha dieta", conta a prestadora de serviços Thaísa Pereira Simões da Silva, lotada na Secretaria do Tribunal, frequentadora assídua há cerca de um ano. "É bem pertinho e a gente pode consumir alimentos mais ricos em nutrientes. E são mais saborosos, com certeza", complementa.

Para todos os gostos

Os expositores da feirinha trazem um pouco de cada coisa. São legumes, frutas, hortaliças, farinhas, pães integrais, cogumelos, ovos, temperos, entre outros produtos que atendem às necessidades de uma clientela adepta a várias propostas de vida.

"Sou vegetariana há 30 anos e conheci os produtos orgânicos visitando a Ceasa e as feiras das entrequadras. Compro, aqui, primeiramente porque é muito em conta e os produtos são de ótima qualidade, claro. Levo cenoura, beterraba, algumas folhas, castanhas, grãos... Os morangos são uma delícia", revela Nazária Oliveira Sales, servidora da Coordenadoria de Taquigrafia, que não perde nenhuma edição da feira.

A servidora Ioaia Pinheiro Uema, da Seção de Gestão de Acervos da Biblioteca, que passou a ter alimentação diferenciada devido à convivência familiar com agricultores, fazia suas compras distante de casa, o que dificultava um pouco a vida. "Quando soube que aqui tinha a feira, achei ótimo, facilitou demais para mim. Aqui, compro cenoura, tomate, pepino, porque sei que no mercado tem muito agrotóxico e que o produto daqui é excelente". Ioaia diz sentir-se bem melhor com o uso dos alimentos orgânicos.

A presença da feira no Tribunal não se limita apenas à implementação de hábito alimentar mais saudável; ela também age como elemento de integração entre as unidades e o Tribunal. "Um dos princípios da feira é que ela tenha um expositor, de preferência, do Tribunal, seja servidor, estagiário ou terceirizado. A ideia é que se criem parcerias entre as unidades para benefício do próprio servidor e de todos que por aqui circulam", explica Renata Silva Côrtes, assessora do gabinete do Diretor Geral.

Atualmente, entre os três produtores que aderiram ao projeto da feira, está Gerlânia Nascimento Veloso Vargas, produtora orgânica, esposa de Valmir Domingues Vargas, técnico judiciário do STJ há 12 anos "Quando o Tribunal lançou essa frente voltada para o consumo consciente, informei à minha esposa e ela começou a expor. É a parceria mais antiga da feira. Os servidores abraçaram a causa, que tem trazido bons resultados", conta Valmir.

A favor do meio ambiente

E não para por aí: a equipe do programa e os produtores rurais trabalham para que o evento seja também parceiro de ações socioambientais, como o Projeto Biguá. A iniciativa, que consiste em coletar óleo de cozinha já utilizado, estimula o público do STJ a não despejar os resíduos na natureza e ainda contribui para complementar o orçamento de famílias carentes. Isso porque a coleta é destinada a uma oficina, na qual é produzido sabão para comercialização.

Outra iniciativa que o projeto da feira traz é a campanha antissacola plástica, difundida mundialmente. Na hora da compra, estão disponíveis para aquisição sacolas ecológicas reutilizáveis. "Como é uma feira de produtos com uma cultura que diminui o impacto ao meio ambiente, temos que agir da mesma forma na hora de carregar os alimentos. Nós também pedimos aos produtores que tragam embalagens mais sustentáveis, como as de papel e as oxibiodegradáveis, que se desintegram em menos tempo na natureza", conclui Renata Côrtes.

Novidade para a freguesia

Para 2012, segundo a equipe do Socioambiental, a feirinha traz inovações com o objetivo de permitir maior aproximação entre os produtores e o público da Casa. A partir de fevereiro, os expositores vão trazer vídeos, fotos, revistas, entre outros materiais informativos sobre a produção orgânica. E avisa: haverá, mensalmente, uma tarde cultural com a participação de servidores, como a de Eduardo Jorge Soares Costa, da Secretaria Segurança, que promoverá exposição de livros com temas ambientais. Na tarde cultural, o Socioambiental disponibiliza urna para receber sugestões – que são muito bem-vindas e aguardadas – para incrementar o projeto.

Tudo isto e muito mais se realiza em cada edição da feira orgânica, que ocorre toda quarta-feira, na Praça do Servidor, das 10h às 17h.

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Luciana de Assunção • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Leonel Laterza /CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XV • nº 77 FEVEREIRO 2012

BRIGADA DE INCÊNDIO

Conheça o trabalho dos brigadistas do STJ

24 horas de prontidão

Não há nada melhor do que ter um dia de trabalho sem nenhum transtorno ou incidente, não é mesmo? Mas caso haja algum princípio de incêndio no STJ, os profissionais da Brigada de Incêndio (BI) estão a postos para combater o problema.

Profissionalismo acima de tudo

Com o foco na prevenção de incêndios, a Brigada funciona no Tribunal desde 14 de fevereiro de 2006. A base da equipe está localizada na Praça do Servidor (térreo do Edifício da Administração), composta por dois bombeiros líderes e 34 brigadistas, que se revezam diariamente em quatro equipes de trabalho, atuando em período diurno e noturno.

Acionados pelo rádio, eles estão sempre prontos para oferecer os primeiros socorros nas mais diversas situações: combater os princípios de incêndio (sinistro); capturar qualquer tipo de animal que ofereça ameaça às pessoas, além de identificar situações que possam trazer risco para todos.

"A Brigada, antes de mais nada, é uma família", afirma Wellington Brito, que está na equipe desde a sua instalação no Tribunal. Com este espírito fraternal, os brigadistas fazem uma oração, a cada manhã, para que possam atuar da melhor forma possível no atendimento das ocorrências. Para Brito, ser brigadista vai além da satisfação profissional. "O prazer da profissão é saber que, no fim de tudo, a pessoa atendida fica feliz por ter sido bem tratada". E complementa: "Isso, realmente, não tem preço".

Apesar dos riscos, a equipe se sente recompensada, como pode ser demonstrado por quem já solicitou os serviços da Brigada para um colega de trabalho: "Se eu pudesse dar uma nota aos serviços prestados pelos brigadistas, sem dúvida, seria dez! Porque eles são rápidos e muito prestativos com quem precisa", avalia Francisco Lima Coutinho, coordenador de Registro de Processos Recursais.

Na Seção de Digitalização de Processos trabalham 278 pessoas, entre elas Raphael de Souza, supervisor e intérprete, que confirma a versão de Coutinho. "Com frequência, uma ou outra pessoa passa mal. Por isso, sempre precisamos do atendimento dos brigadistas, que por sinal, é excelente. Eles sempre estão dispostos a ajudar", complementa.

Para Maria Zélia, chefe da equipe de brigadistas, o reconhecimento dos servidores da Casa se deve à sincronia com que o grupo busca realizar as tarefas que fazem. "A equipe é muito boa, todos têm o mesmo padrão de cursos e tudo que fazemos sempre é feito em equipe, e não individualmente", afirma.

Fotos: Luis Antonio

Equipe bem equipada e treinada: ajuda rápida e eficaz

Como funciona?

A Central de Som e Alarme, quando detecta o princípio de sinistro, comunica à Central de Segurança, esta, por sua vez, aciona a Brigada de Incêndio, que se direciona ao local indicado. Já no caso de o servidor passar mal, os brigadistas podem ser acionados por qualquer pessoa pelo ramal 7711. Ao chegar ao local, a equipe presta os primeiros socorros e encaminha o paciente ao Serviço Médico do STJ, que faz o atendimento clínico.

Em algumas situações, é preciso levar o paciente a um hospital. A remoção é feita com a presença de dois brigadistas solicitados pelo Serviço Médico e um enfermeiro. Como o Tribunal tem convênio com a UTI Móvel, a rapidez no atendimento é garantida. Devido ao caráter de emergência, a Brigada foi deslocada do subsolo do Edifício dos Plenários para o térreo da Administração. Agora, nenhum material de uso nas emergências corre o risco de ficar preso no subsolo. E, com o acesso mais fácil, o atendimento se tornou mais eficiente, complementando os serviços das duplas de brigadistas espalhadas em pontos estratégicos de todo o Tribunal.

Prevenção de incêndios e pânico

A Brigada segue algumas instruções para continuar servindo ao público com eficiência. As diretrizes são estabelecidas no Plano de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico (PPCI), que tem por objetivo orientar os profissionais da Casa como devem agir em caso de sinistro. O documento apresenta em detalhes o planejamento das ações de prevenção a incêndio, abandono de emergência e controle de pânico, que devem ser executadas no Tribunal. Treinamentos, palestras e simulados reforçam as diretrizes.

Para Jurandir Augusto, coordenador de Segurança, o PPCI é de extrema importância para o funcionamento seguro do Tribunal. "Como o Plano é executado no dia a dia, por rondas que a Brigada faz, o trabalho se torna mais rápido e eficiente", ressalta.

Você já reparou que em todos os setores do STJ existem sistemas preventivos de combate a incêndio? Eles estão nas escadas de emergência, hidrantes de paredes, extintores, iluminação de emergência, no sistema de sonorização, além dos alarmes de evacuação.

Os detectores eletrônicos de fumaça e os chuveiros automáticos (*sprinklers*) estão instalados no teto das salas. Ao detectar alguma fumaça, os sensores eletrônicos disparam um alarme na Central de Som e Alarme já com a indicação do local. Ao ser notificada, a equipe da Central aciona a Brigada, que se dirige até o local e toma as devidas providências.

Os *sprinklers* ou chuveiros automáticos, por sua vez, funcionam para combater incêndio. Trata-se de "uma espécie de extintor de incêndio, mas com água", explica Edvaldo Júnior, chefe da Seção de Eletroeletrônico. O sistema é acionado automaticamente ao detectar a presença de chamas e espalha água sobre os focos.

Anote aí

Precisando de algum socorro médico, não tenha dúvida: ligue para a Brigada de Incêndio no ramal 7711 ou na Central de Segurança, no ramal 8989. Os serviços funcionam 24 horas. ▪

Jeane Melo
jeane@stj.jus.br

PONTO BIOMÉTRICO

Servidores agora contam com novo sistema informatizado para registro da frequência

Sua digital é sua senha

Os servidores da Secretaria do Tribunal só têm a ganhar com a instalação do novo sistema de registro de frequência, em funcionamento desde o dia 1º de fevereiro.

O ponto biométrico é simples e muito fácil de ser usado porque dispensa os cartões e senhas, uma vez que os usuários são idenficados, exclusivamente, por meio da impressão digital.

A implementação do ponto biométrico no Tribunal é parte do Plano Estratégico STJ 2010-2014 e tem como gestoras as secretarias de Gestão de Pessoas (SGP), de Administração e Finanças (SAF) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

Regido pela Portaria n. 30, de 30 de janeiro de 2012, o sistema passou por período de testes para ajustes, durante dois meses, antes de sua efetivação.

Praticidade e modernidade

Com a biometria, os servidores podem "bater o ponto" em qualquer um dos 56 coletores de digital instalados em todos os pavimentos do Tribunal.

A ideia é atender o servidor por onde quer que ele entre ou saia, até mesmo nos anexos de apoio em Brasília e nas Representações do STJ no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Antes do novo sistema, o servidor tinha de acessar o sistema ponto eletrônico na sua estação de trabalho para registrar a frequência.

"Agora ficou mais fácil: o servidor registra o ponto onde ele estiver, no momento em que ele entra no Tribunal", explica Issis Luci Ferreira Lopes, chefe da Seção de Atendimento à Área Administrativa da STI.

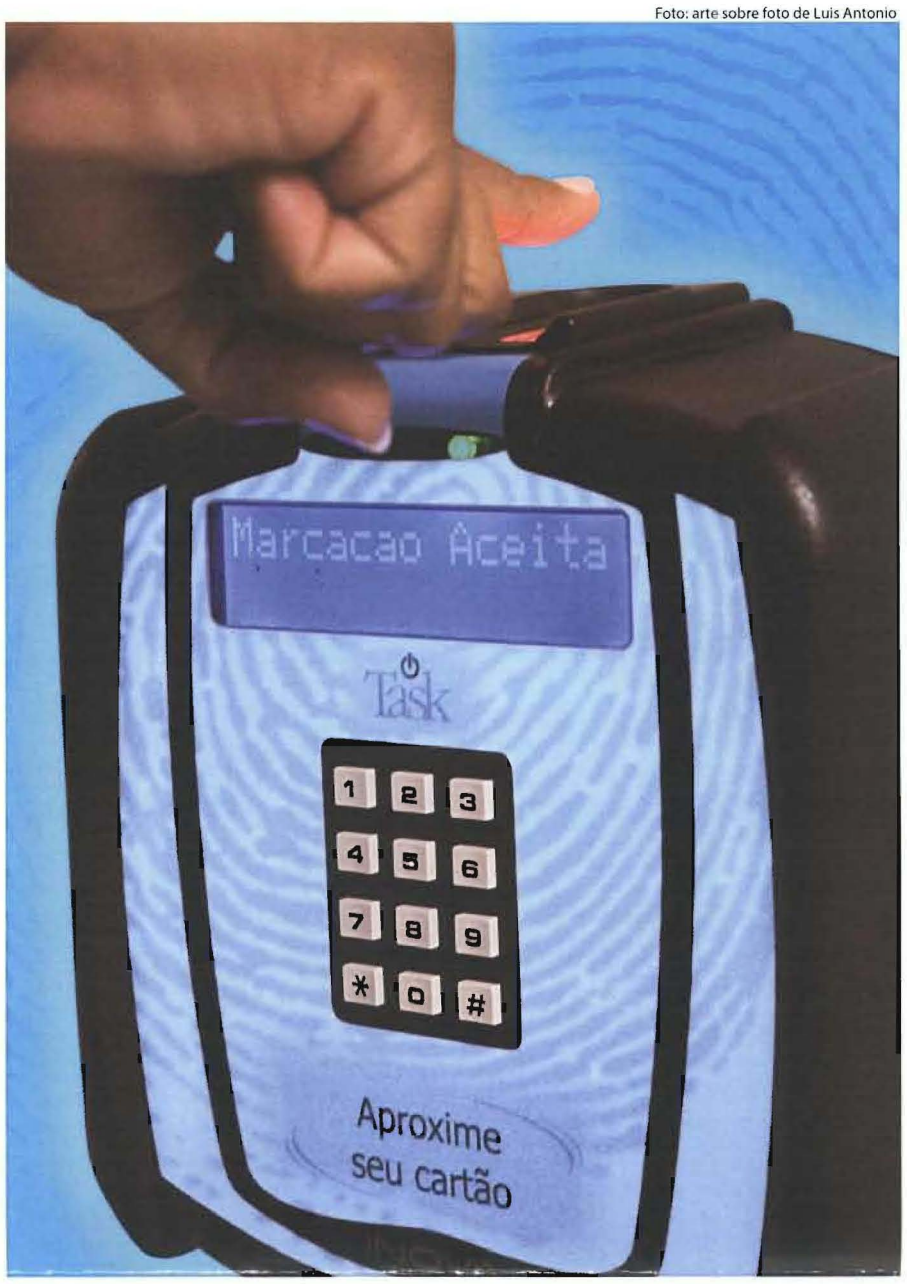
O colega José Carlos dos Santos Silva também aprovou a instalação do sistema. "O ponto biométrico é muito acessível, mais rápido e fácil de usar. Estou gostando muito; uso o terminal próximo ao restaurante e o da Administração, no 3º andar", comemora o servidor, lotado na Seção de Autuação de Processos Originários, da Secretaria Judiciária.

Os "indetectáveis"

Alguns servidores têm particularidades que podem dificultar o uso do ponto biométrico. É o caso de Mônica Oliveira Santos de Andrade, da Coordenadoria de TV, unidade da Secretaria de Comunicação Social.

"Tenho uma doença que causa suor excessivo localizado, a hiperidrose, que dificulta a leitura da minha digital. Para contornar o problema, se a marcação não é aceita em uma máquina, procuro outra, e, normalmente, dá certo. Mas, apesar do meu problema, gostei muito. Antes, até ligar o computador, o telefone tocava ou entrava alguém perguntando alguma coisa, e eu acabava batendo o ponto uma hora depois de ter chegado ao Tribunal. Agora, não há como esquecer, a gente passa por várias máquinas até chegar à nossa sala", ressalta.

Foto: arte sobre foto de Luis Antonio



Ela faz parte de um grupo de servidores cujas impressões digitais não atingem o nível necessário para que sejam cadastradas.

"O meu caso é que não tenho digital mesmo. É um problema genético. Minha mãe não tem também. Acho que foi melhor mesmo não ter conseguido registrar as digitais aqui, no credenciamento, senão daria sempre problema na hora de registrar o ponto", relata Ana Lúcia do Prado Iwamoto, da Coordenadoria de Taquigrafia.

"Quem não consegue cadastrar a impressão digital na Segurança é liberado para fazer o registro da frequência utilizando o nickname e a senha no ponto eletrônico do computador", informa Raimundo de Sousa, chefe da Seção de Registros Funcionais (Serif/SGP).

Nada de dúvidas

Como toda novidade, muitas perguntas acabam surgindo durante o processo de adaptação.

Na Serif, o telefone não parou de tocar até que os servidores confirmassem, entre outras informações, que o chefe imediato continua administrando o ponto do servidor lotado em sua unidade e que o saldo das horas dos meses anteriores continua sendo transferido para os subsequentes, dentro dos limites estabelecidos na Portaria.

Os erros técnicos mais frequentes, no começo, foram: o aparecimento da mensagem "digital não identificada" quando os servidores com digitais já cadastradas faziam a biometria, e a não transferência imediata da marcação aceita para o ponto eletrônico.

A STI informa que a maioria dos problemas já foi sanada, mas que o período é ajustes. ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

EDUCAÇÃO

Estacionar bem é um ato de cidadania

Bem estacionado, patrão!

A frota atual de veículos do Distrito Federal é de mais de 1,3 milhão, de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Se comparado ao total de habitantes da cidade, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2,6 milhões, temos a média de um carro para cada duas pessoas.

As consequências da alta motorização da cidade se refletem nos grandes congestionamentos e na falta de vagas nos estacionamentos públicos.

Algumas obras relacionadas ao trânsito, como a ampliação da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e a criação do corredor exclusivo para ônibus na Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB), já foram efetivadas pelo Governo do Distrito Federal.

Porém, os engarrafamentos ainda continuam nessas e em outras áreas como o Eixo Monumental, a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia) e o Eixo Rodoviário Norte, próximo à Ponte do Bragueto.

Vencida a etapa de deslocamento até o Tribunal, os servidores enfrentam outra maratona: estacionar seus veículos nas vagas disponíveis.

O assunto é tão recorrente que já tratamos dele na edição de agosto de 2009 do Informe-se.

Briga de foice

A disputa é acirrada. E a situação piora com o retorno das atividades forenses, principalmente nos dias das sessões de julgamento. A irritação dos motoristas chega a níveis máximos quando, após 30 minutos de procura, avistam-se duas vagas, mas ocupadas por um único veículo. "Um verdadeiro absurdo!", é a expressão que se ouve. As desculpas podem ser várias: falta de atenção, displicência ou apenas barbeiragem mesmo. Mas o fato é que um só carro mal estacionado atrapalha a vida de muita gente.

Foto: Gustavo Lima

Prejuízo para motoristas e pedestres

Lado mais fraco

Os transtornos atingem também os pedestres. Nesses casos, ao estacionar de marcha a ré, algumas caminhonetes e sedãs, por vezes, bloqueiam o acesso dos transeuntes às calçadas. Outras vezes o problema é ainda mais grave: obstruem as rampas de acesso dos cadeirantes.

Viver bem em sociedade pressupõe um conjunto de direitos, sim, mas também implica alguns deveres. E isso é cidadania. Do mesmo modo que as relações de trabalho são pautadas pela boa educação e cortesia, os princípios devem orientar todas as nossas atitudes, e nisso inclui, também, a forma de estacionar nossos carros. Afinal, gentileza gera gentileza, e se todos estacionarem com a atenção necessária, haverá vagas e livre acesso para todos. ▪

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVII - nº 81 MARÇO 2012

ESTRATÉGIA

Saiba quais novidades esperam por você

2012 promete

Todo ano fazemos planos para o futuro: entrar na academia, começar uma dieta, economizar, trocar de carro, fazer a viagem tão sonhada. Assim como nós, o STJ também planeja cuidadosamente o futuro da instituição. A diferença é que os planos da instituição não ficam na promessa. Para isso, o Tribunal conta com um planejamento estratégico para cinco anos, que orienta os esforços da Casa em busca de uma Justiça mais rápida, atual e próxima das necessidades do cidadão.

Esse planejamento é composto por objetivos (desejos) bem definidos. Para alcançá-los, o Tribunal desenvolve projetos por meio das secretarias que compõem a Casa. Se o STJ fosse um relógio, cada secretaria seria uma pequena engrenagem que faz a instituição marcar as horas com perfeição.

Em dezembro do ano passado, assumiu a Diretoria-Geral da Casa o servidor Silvio Ferreira, analista judiciário do STJ, que já passou pelo Conselho da Justiça Federal, ocupou o cargo de diretor-geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e, antes de assumir a direção do STJ, foi secretário de Administração e Finanças desta Corte. Ao ser empossado, Silvio externou seus planos para esta gestão: "Queremos recuperar a alegria, o prazer do servidor em servir a instituição".

A pergunta que não quer calar

Mas o que há de novo para 2012? Algumas secretarias contam quais são as perspectivas para este ano. As novidades são muitas, começando pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), área que oferece estrutura tecnológica para todo o Tribunal.

A STI dará continuidade ao projeto "STJ na Era Virtual", que partiu de um propósito muito simples: transformar o processo físico em digital. A ideia inicial cresceu tanto, que atingiu os vários órgãos do poder público. A inovação acelerou os trâmites processuais, os julgamentos dos processos e propiciou a economia de milhares de toneladas de papel. E, por ser um projeto com diversas vertentes, neste biênio, a STI dará prioridade a três subprojetos: i-STJ, MNI e e-DOC.

Poucas letras para grandes aspirações. O i-STJ busca a integração do Judiciário, por meio do recebimento e da baixa eletrônica de processos judiciais. "A ideia é que, até o meio do ano, possamos atingir 100% dos tribunais", explicou Francisco Ricardo de Gois Lima, secretário da STI. A área pretende, até dezembro, disponibilizar mais serviços no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), utilizado para fazer o intercâmbio de informações entre os diversos órgãos da Justiça. Por intermédio do e-DOC, pretende-se "aprimorar os documentos que os advogados podem obter do nosso site. Estamos em parceria com a Secretaria de Comunicação Social para ver como esse serviço pode ser melhor ofertado aos nossos jurisdicionados", completou Francisco.

Parceria é a chave

O portal do STJ também passará por uma adequação. "A ideia é que o portal como um todo seja remodelado. Esta é uma parceria muito forte da SCO com a STI. Para isso, nós temos uma solução adquirida em 2007", afirma Francisco. A questão está nas mãos do Conselho de Administração e, caso seja aprovada a retomada do projeto básico contratado em 2007, será possível o fornecimento de infraestrutura para incrementar os serviços de intranet e internet.

Mas as mudanças não acabam por aqui. A STI tem mais algumas boas notícias, garante o secretário: instalação dos novos computadores, adquiridos no final do ano passado, para todos os servidores da Casa. "Vamos quadruplicar a memória das máquinas e teremos monitores de 21,5 polegadas, de LED. Adquirimos o VOIP (serviço de telefonia que utiliza a rede internet), para que os ministros tenham um aparelho com o qual possam conversar entre si e na sua residência por imagem, como se fosse uma videoconferência", conclui.

"Internamente, nós vamos trocar os aparelhos telefônicos de todos os servidores e teremos muitas possibilidades de serviços, como teleconferências, que o VOIP permite. Aumentamos o espaço em disco para os processos eletrônicos e para os drives. Também modernizamos o nosso *backup*, que é feito toda noite e vai trazer ainda mais segurança na guarda e no gerenciamento das informações", enumera.

Documentação também digital

Os bons ventos também passaram pela Secretaria de Documentação (SED). "Em 2009, a Biblioteca iniciou a aquisição de um sistema de radiofrequência, que instalará um chip em cada livro, permitindo ao próprio usuário fazer o empréstimo e a devolução, sem precisar da interferência do auxiliar ou do bibliotecário. Isso vai ser um grande passo porque possibilitará o melhor controle do acervo. O nosso inventário, que reúne mais de 166 mil obras, hoje é feito manualmente", explicou a secretária de Documentação, Rosa Maria de Abreu Carvalho.

A Biblioteca inaugura ainda este ano uma coleção de 4.100 volumes, do acervo particular do jurista Caio Mário, referência em direito civil, doada pela família do doutrinador. Além disso, o sistema que organiza a criação e tramitação eletrônica dos documentos administrativos no STJ vai mudar. "Vamos, juntamente com a STI, adquirir uma ferramenta, a partir do conhecimento que já tivemos com o Fluxus e dos requisitos que são exigidos também pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", explica. E completa: a ideia é suscitar a compra de uma ferramenta mais condizente com a própria atividade do Tribunal – mais robusta, com maior segurança e implementando as funcionalidades essenciais.

"Em relação à Biblioteca Digital Jurídica do STJ, estamos estudando a melhor forma de disponibilizar para o nosso usuário o livro eletrônico, que vai permitir o acesso de diversas pessoas simultaneamente, sem o impedimento de o livro estar emprestado. Isso vai permitir que tenhamos mais livros disponíveis no mesmo espaço físico", concluiu Rosa.

Ilustração: Fabiola Rech

Novas tecnologias em prol do cidadão

De olho no futuro

Caminhando na mesma linha de inovação, a Secretaria de Comunicação Social (SCO) modernizou todo o parque tecnológico da Coordenadoria de TV, mergulhando-a na era digital. A iniciativa está em consonância com o Decreto 5.820/2006 da Presidência de República, que instala o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre e estabelece prazo até julho de 2016 para que todos os canais possam se adequar, já que a partir dessa data não existirá mais sinal analógico de televisão.

Deuza Lopes, secretária de Comunicação Social, destacou outras mudanças na área. "A SCO tem buscado aperfeiçoar e fortalecer a comunicação interna do STJ, foco também da nova administração, inaugurada com a posse do novo diretor-geral, Silvio Ferreira, que entende que o servidor é a força motriz do Tribunal e tem papel fundamental no fortalecimento da instituição. Para isso, o servidor precisa estar bem informado acerca do que ocorre na casa. Esse é um dos pontos que serão robustecidos neste ano, a comunicação dirigida a seu público interno, que ganhará um novo contorno, com novos produtos, com a transformação em formato digital de algumas mídias já existentes, entre outras medidas ainda em fase de aprovação", afirma.

Esse fortalecimento vem num crescendo. De acordo com Regina Célia Amaral, coordenadora de Editoria e Imprensa, "desde 2010, essa alteração na comunicação interna integra o planejamento estratégico de longo prazo do STJ, vertente do projeto Alinhamento da Comunicação Institucional. Agora, uma pesquisa de avaliação será disponibilizada na intranet do Tribunal, visando concluir a fase de diagnóstico estabelecida no plano de gestão. Os dados coletados embasarão a revisão dos diversos produtos e serviços adotados atualmente, para que melhor sirvam aos interesses de quem consome a informação. Além de ações de curto prazo, novos produtos e um reposicionamento na sua forma de atuação, o plano contempla até 2014 a reestruturação da intranet".

E mais: ainda este ano a SCO espera concluir outro projeto estratégico: a Identidade Visual do STJ. Sob a tutela da Coordenadoria de Programação Visual (CPRV), foi feita pesquisa com todos os públicos do tribunal, com grande participação de servidores e da sociedade. Os dados coletados já foram interpretados e o projeto se encontra em fase de criação. O objetivo é que ele esteja concluído ainda neste semestre.

SGP na Era Virtual

A boa nova da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) para este ano é a aquisição de um sistema de recursos humanos que apresente solução mais moderna e adequada à realidade da Corte. É a Solução Parametrizada (customizada) de Gestão de Pessoas. A titular da SGP, Vera Martins Ricarte dos Santos, afirma: "Nosso sistema atual está defasado, pois sua concepção data de 1999. Então, nós temos hoje uma relação enorme de demandas evolutivas para serem atendidas e priorizadas".

A nova solução abarcará todos os procedimentos da SGP e proporcionará integração, rapidez e segurança na gestão das informações. "O projeto está sendo desenvolvido seguindo as orientações da IN 4/2010, do Ministério do Planejamento", diz Marta Juvina de Medeiros, que compõe a equipe de planejamento da contratação da solução. Segundo a servidora, a solução busca "a automatização de processos, maior segurança e confiabilidade dos dados tratados na SGP. Hoje, nem todos os processos são automatizados, nós temos algumas lacunas, que pretendemos preencher com o advento dessa solução". Submetida à audiência pública neste mês, a contratação recebeu contribuições dos interessados e seguirá para licitação.

Para melhorar ainda mais, o edital de concurso público do STJ, para provimento de vagas e formação de cadastro reserva, foi assinado em 7 de fevereiro, pelo ministro Ari Pargendler, presidente da Casa, e publicado no dia seguinte. Conforme explica a secretária da SGP, "esse edital contemplou os cargos vagos. Porque nós temos um edital em pleno vigor, que vence apenas em dezembro de 2012".

Central de Atendimento

Em junho deste ano, o projeto estratégico Central de Atendimento Judicial sai do papel e torna-se realidade. Com a implantação da proposta, vários serviços serão disponibilizados a advogados e cidadãos em um mesmo local, especificamente onde hoje estão instaladas as agências bancárias. Os bancos, por sua vez, serão remanejados para o subsolo.

A Central irá padronizar informações e reunir serviços como protocolo, sala de apoio a advogados, *call center*, defensoria, além de terminais de autoatendimento bancário para o pagamento de custas. Tudo em um único lugar. A intenção é atender de forma mais célere e eficaz o público externo, evitar que os advogados circulem por vários prédios da Corte até solucionar sua demanda e, com isso, elevar o grau de satisfação dos usuários.

"Pretendemos aperfeiçoar a segurança, a eficiência, a transparência e, consequentemente, melhorar ainda mais a imagem institucional", afirmou o servidor Benedito de Pedreiras Maranhão, gestor e idealizador do projeto.

O projeto soma esforços de diversas Secretarias da Casa: Judiciária, de Administração e Finanças, de Órgãos Julgadores, de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Segurança, de Comunicação Social, além da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica. Todos com intuito de aprimorar cada vez mais os serviços prestados aos usuários. Isso é que é Tribunal da Cidadania!

É, já deu para notar: este ano promete!

Foto: Gustavo Lima

Projeto apresentado ao presidente e gestores no início do mês é prioridade da gestão

Veja o que conseguimos implementar no ano que passou

Se 2012 promete, 2011 já cumpriu

A Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG), área responsável por coordenar a definição, comunicação, implementação, monitoramento e revisão da estratégia do STJ, comemorou o alcance de algumas metas estratégicas previstas no planejamento para os anos de 2010 a 2014.

Reduzir em 25% o índice de processos antigos na Corte foi a meta estabelecida para diminuir o estoque desse tipo de processo até o ano de 2014. Por processos antigos entenda-se protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente. No ano passado, o Tribunal já havia reduzido esse índice em 48,1%.

Além disso, cada magistrado está julgando mais, o que tem reduzido o acúmulo de processos na Casa. Com esse empenho dos magistrados, a meta de aumento da produtividade em 15%, pretendida para 2014, foi alcançada ainda em 2011.

Duas unidades do tribunal têm muito o que comemorar. A Secretaria de Administração e Finanças (SAF) – a maior do STJ – e a de Jurisprudência (SJR) concluíram projetos estratégicos com três anos de antecedência.

A SAF concluiu a Modernização dos Serviços Administrativos, alcançando o objetivo de tornar modernos os serviços e procedimentos da área de administração e finanças, por meio da conclusão e/ou implementação de módulos que compõem o sistema Administra, integrados entre si e com os demais sistemas corporativos do Tribunal.

Por sua vez, a Jurisprudência terminou o seu projeto Jurisprudência Temática, um serviço diferenciado em que a pesquisa de jurisprudência é organizada por temas, mediante a elaboração de critérios de resgate de julgados do Superior Tribunal de Justiça. O serviço permite, ainda, fazer a seleção e a catalogação de julgados referentes à legislação infraconstitucional e aos enunciados de súmulas desta Corte.

O Tribunal da Cidadania

A cada ano, o STJ tem como meta beneficiar, no mínimo, 15 mil pessoas com suas ações de cidadania. Em 2011, ultrapassou-se em quase 18% esse propósito: foram 17.682 pessoas alcançadas.

Com a entrada na era digital, o Tribunal da Cidadania também conseguiu diminuir o consumo de papel. Se em 2010 a Casa utilizou 35.457 resmas de papel, em 2011 usamos 28.373. Uma economia que impacta diretamente no bolso do contribuinte e no meio ambiente, pois mostra que a instituição tem a responsabilidade socioambiental como um de seus pilares.

Solange Perez Cabral, titular da AMG, unidade composta pelas Coordenadorias de Planejamento Estratégico, de Gestão de Processos do Trabalho e de Gestão da Informação, garante: "Em 2012, o grande foco da AMG será a formação dos gestores da Casa".

A afirmação de Solange deixa clara a estratégia do Tribunal para este ano: gestores bem treinados e capacitados para administrar melhor seus projetos e fazer o STJ atingir os resultados pretendidos, muitas vezes antes do previsto.

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Fabiola Rech/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

ABRIL 2012

Ano XVII - nº 82

SERVIDOR

Atuais servidores só vão aderir ao novo sistema de previdência complementar se quiserem

Funpresp, vale a pena?

Depois de anos parada, a proposta do governo de criar a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), apresentada em 2007, acelerou os passos. Convertida no PLC 2/2012, o projeto foi rapidamente aprovado pelas duas casas legislativas e já está nas mãos da presidenta Dilma Rousseff, para sanção.

A lei limita a aposentadoria dos servidores ao teto da iniciativa privada, atualmente em R$ 3.916,20. Servidores que ganham acima desse valor poderão complementar suas aposentadorias aderindo ao plano de previdência complementar. Serão criadas três fundações, uma para cada Poder. A do Judiciário será a Funpresp-Jud, para servidores e magistrados, que terá um capital inicial de R$ 25 milhões. A expectativa do governo é a de que já estejam em funcionamento em outubro deste ano.

Os servidores participarão da gestão do fundo de pensão. Metade das diretorias, dos conselhos deliberativos e fiscais será eleita diretamente pelos servidores, e metade será designada pelo chefe do respectivo Poder, no caso do Judiciário, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. As fundações terão personalidade jurídica de direito privado, mas de natureza pública, com obrigação de realizar licitações e concurso para contratação de pessoal.

Adesão facultativa

A mudança no teto da aposentadoria valerá apenas para quem ingressar no serviço público após a vigência da lei? A adesão ao plano de previdência complementar será facultativa para os futuros servidores. Quem já é servidor poderá migrar para o novo regime dentro dos 24 meses após a criação do plano. Caso faça essa opção, ele terá um benefício especial proporcional, calculado com base nas contribuições já recolhidas.

Ao mudar de regime, o servidor estará obrigado a contribuir com 11% sobre o teto da aposentadoria, e não mais sobre o total da remuneração. Aderindo ao fundo de previdência complementar, caberá ao servidor escolher a alíquota de sua contribuição extra. A União contribuirá com o mesmo percentual, até o limite de 8,5% do que exceder o teto.

Segundo dados do governo, nos próximos cinco anos 40% do quadro atual da União terá condições de se aposentar. O Executivo argumenta que a criação da Funpresp é necessária para dar sustentabilidade ao sistema previdenciário da União, além de garantir tratamento isonômico entre os trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público.

Ilustração: Carlos Figueiredo

Quadro comparativo

		Regime atual EC 41/2003			Regime Funpresp			
Anos de contribuição	Último salário	Benefício	(-) IR	Benefício líquido	Benefício geral	Beneficio Complementar	(-) IR regressivo	Benefício líquido
35	12.302,41	11.379,93	2.372,95	9.006,98	3.916,20	7.738,10	1.054,44	10.599,86
40	12.687,72	11.722,85	2.467,25	9.255,60	3.916,20	10.546,34	1.335,26	13.127,28
45	13.086,82	12.078,05	2.564,93	9.513,12	3.916,20	14.177,37	1.698,37	16.395,20

Sua aposentadoria

Veja qual a sua regra de aposentadoria, determinada pela data de ingresso no serviço público. A idade e os anos de contribuição são para homens e mulheres, nessa ordem.

Ingresso até 16/12/1998		Ingresso até 31/12/2003	Ingresso após 1/1/2004
Opção EC 41/03	Opção EC 47/05	60/55 anos de idade	60/55 anos de idade
		35/30 anos de contribuição	35/30 anos de contribuição
53/48 anos de idade	60/55 anos de idade	20 anos no serviço público	10 anos no serviço público
35/30 anos de contribuição mais pedágio	35/30 anos de contribuição	10 anos na carreira e 5 no cargo	5 anos no cargo da aposentadoria
5 anos no cargo	25 anos no serviço público	Integralidade e paridade	Fim da integralidade e da paridade
Fim da integralidade e da paridade	15 anos na carreira		
Abono de permanência	5 anos no cargo		Benefício: média das 80% maiores
	Cada ano a mais de contribuição é igual a um ano a menos de idade		Abono de permanência
	Integralidade e paridade		

Os servidores que estão estudando para outros concursos não precisam se preocupar. Mesmo que haja mudança na carreira, vale o regime de aposentadoria do momento do ingresso no serviço público.

Críticas

Entidades que representam servidores públicos são contra a mudança. Criticam o sistema de contribuição definida, na qual os servidores sabem quanto vão pagar, mas não sabem quanto irão receber, pois o benefício dependerá da rentabilidade dos investimentos feitos pelo fundo.

A advogada e professora especialista em direito constitucional Damares Medina, alerta que na próxima década o país terá uma virada demográfica, quando o número de idosos irá superar o de jovens. "Em qualquer país com maioria de idosos há dificuldades com a previdência", aponta. Para ela, o modelo atual de aposentadoria dos servidores públicos realmente não é sustentável.

Contudo, a advogada rejeita a tese de que é necessário igualar os benefícios dos funcionários públicos e da iniciativa privada. Ela entende que há uma grande diferença entre eles, uma vez que o servidor está submetido a vários ônus que os trabalhadores da iniciativa privada não estão. "O servidor, muitas vezes, tem dedicação exclusiva e é praticamente impedido de exercer outra profissão ou ter atividade empresarial. Desta forma, os trabalhadores da iniciativa privada têm toda uma vida para construir um pé de meia, enquanto o servidor não tem essa prerrogativa", compara.

Vantagens e desvantagens

O Ministério da Previdência afirma que atuais servidores podem alcançar aposentadorias maiores do que teriam pelo regime atual, caso optem pela migração à Funpresp. Para demonstrar isso, fez uma simulação comparativa considerando a situação de um servidor que ingresse no serviço público com salário inicial de R$ 10 mil e que continue contribuindo com 11% sobre o total de sua renda (e não apenas até o teto), mesmo se aderir ao novo sistema. Foi adotado para o cálculo o rendimento de 5% (veja quadro comparativo).

"Não vejo nenhuma vantagem. Quem está no modelo atual não deve migrar em hipótese alguma", entende a advogada Damares Medina. Ela alerta que, em princípio, o servidor pode achar atraente deixar de contribuir sobre o total da remuneração, mas aposta que no final ela sairá perdendo, e muito. "O fundo será privado e o benefício dependerá das aplicações feitas, de forma que haverá grande exposição às fragilidades do mercado, sem garantia de que a União cobrirá as perdas em caso de gestão temerária", avalia.

Para quem pensa em optar pelo fundo, Damares chama atenção para o que classificou com "armadilha": a escolha da alíquota de contribuição. Caso o servidor escolha um percentual abaixo da contrapartida máxima do governo, que é de 8,5%, ele estará abdicando de parte do benefício. Isso pode acontecer porque ainda não é da cultura do brasileiro fazer investimento de longo prazo para assegura uma aposentadoria tranquila. ▪

Andréa Vieira
andreav@stj.jus.br

O Informe-se revela, a partir deste mês, o ranking *dos principais problemas de saúde dos servidores: em terceiro lugar a obesidade*

Subindo na balança

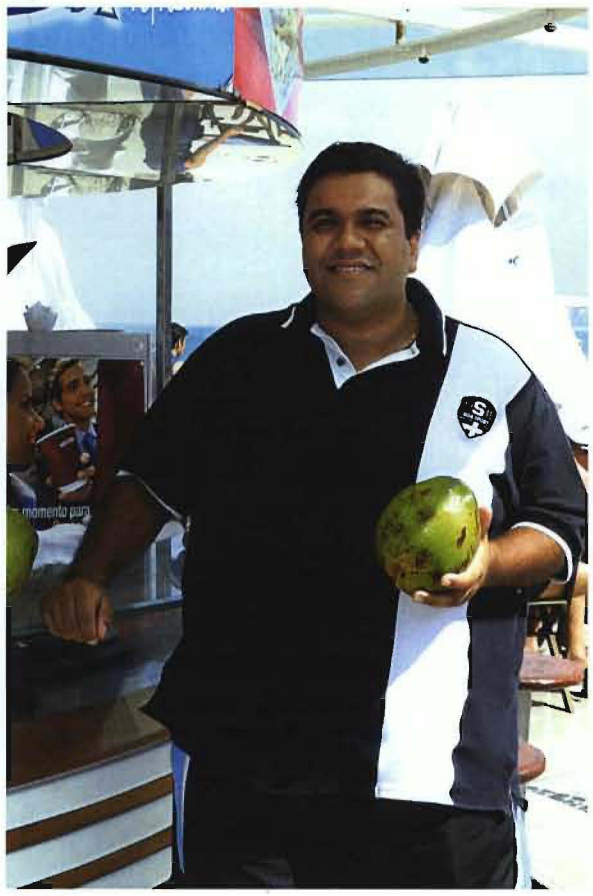
Você pode até estar em forma, mas não há como negar: subir na balança já foi, é ou ainda será uma preocupação. Para alguns, a luta pelo peso ideal só virá com a idade, que naturalmente desacelera o metabolismo e faz o corpo "economizar" energia em forma de quilos a mais. Mas há quem, desde a juventude – ou desde a infância –, viva em estado de alerta para não extrapolar nas calorias.

O excesso de peso sempre traz uma série de problemas de saúde agregados, mas ele é, em si, uma doença. A obesidade foi a terceira ocorrência mais comum detectada pelo exame periódico em 2011, quando 1.800 servidores do STJ participaram do programa. A taxa no Tribunal está em 9% – abaixo do índice nacional, de 13%, segundo pesquisa divulgada em abril deste ano pelo Ministério da Saúde.

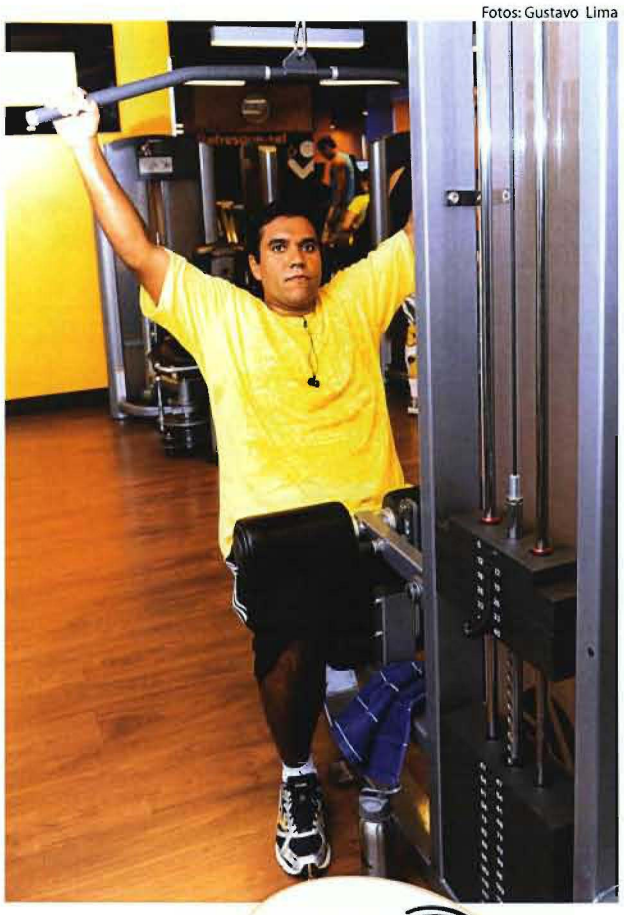
Dados do exame periódico consolidados pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) mostram que a maioria dos obesos do STJ é composta de homens, mas quando o assunto é sobrepeso (IMC – Índice de Massa Corporal – entre 25 e 29,9), são as mulheres que predominam. Nesse caso, com o foco ampliado o sinal vermelho acende: a população do STJ com sobrepeso ou obesidade salta para 40%. O que não deixa de ser um risco, porque é na faixa do sobrepeso que a maioria das doenças relacionadas ao excesso de peso aparece.

Criado em 1993 e tornado obrigatório em 2001, o exame periódico tem hoje adesão de 97% dos servidores. O coordenador de Saúde Ocupacional e Prevenção, Andral Codeço Filho, destaca que, mais do que encontrar doenças, a finalidade do exame periódico é estabelecer o entendimento do servidor sobre a necessidade de cuidar da saúde. "É preciso que a pessoa compreenda que os seus hábitos de vida vão refletir na sua saúde", explica o médico.

Fotos: Gustavo Lima



Danilo: antes...



e depois...

A consulta do exame periódico pode ser a fagulha para uma grande transformação, que só virá com determinação. Perder dois quilos pode ser tão difícil quanto perder 30. Depende de vários fatores, como genética, metabolismo, gasto calórico e uma dieta adequada.

O chefe da Seção de Assistência Nutricional, Aldemir Mangabeira Júnior, adverte que dietas prontas tendem a não considerar as necessidades individuais. Além disso, é preciso adequar o cardápio ao contexto da vida de cada um. "É muito comum as pessoas dizerem que abandonaram a dieta porque era difícil de fazer e isto tem a ver com o contexto de vida", conta.

Aldemir considera um equívoco pensar que o problema tem início no que se come. "Na maioria dos casos, há aspectos subjetivos, como modelos familiares, ansiedade, que estão por trás do ato de comer demais". Mas, se for para dar uma receita única para começar a perder peso, Aldemir dispara: reduzir o consumo de alimentos ricos em gordura.

Foi seguindo as orientações do nutricionista que o servidor Danilo Confessor, 35 anos, da Seção de Operação e Controle de Serviços da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), conseguiu emagrecer 30 quilos em seis meses. Portador de obesidade mórbida até então, com 150 quilos, a mudança veio com a vontade de ser pai. "Quero poder brincar com meu filho e ter qualidade de vida", conta.

A dieta de quase 4.000 calorias foi reduzida pela metade. O sedentarismo, colocado de lado. Danilo faz exercícios todos os dias – natação, caminhada ou bicicleta ergométrica. E o mais importante: se mantém motivado fazendo metas e relatando, em um blog (confissoesdeumconfessor.com), as conquistas com a nova vida. "A ideia é ajudar outras pessoas que precisem de motivação", revela.

Danilo passou a selecionar melhor o que come e está encontrando prazer em detalhes – como vestir uma camisa oficial do seu time de futebol, sentar numa cadeira de praia sem medo ou participar de uma competição de corrida de rua. Ele garante que o resultado na saúde é imediato: o sono melhora, a pressão normaliza e as articulações já não doem. "Encaro tudo que estou fazendo de uma forma positiva. Não se trata de restrição, mas de reeducação", afirma.

Aldemir acredita que, no caso de Danilo, a decisão pessoal foi fundamental. "As pessoas sabem o que têm que fazer. Todos já dispõem de muita informação. O que precisam é de apoio para iniciarem e se manterem motivados".

E aí, se sentiu desafiado? Então comece calculando o seu IMC e agende uma consulta com um nutricionista pelo ramal 9445 ou 9446. ▪

Sheila Messerschmidt
messersc@stj.jus.br

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

STJ adota lavagem ambientalmente correta para seus veículos oficiais

Lavagem ecológica

Quatrocentos mil litros. Essa é quantidade de água que o Superior Tribunal de Justiça pretende economizar em um ano ao deixar de usar o sistema tradicional de lavagem de seus veículos oficiais. Desde março, o STJ adotou a lavagem ecológica, que não utiliza água para a retirada da sujeira, mas, sim, produtos especiais que repelem os resíduos sem causar dano à pintura do automóvel e ao meio ambiente.

Com uma frota atual de 158 automóveis, a Corte deixou de gastar, em apenas um mês, mais de 33 mil litros do precioso recurso natural. Uma economia média mensal, por carro, de mais de 210 litros de água, que iam literalmente para o ralo após o processo.

A ideia de adotar a biolavagem surgiu em 2010, após visita da equipe do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ ao Comitê de Gestão Ambiental da Câmara dos Deputados (EcoCâmara).

E nem é preciso ser expert em ciências exatas para concluir que adotar a biolagem é a melhor opção para o planeta e para o bolso do contribuinte. Decisão que mostra uma Casa preocupada com a preservação do meio ambiente e com a redução de custos.

Passo a passo

Para adotar o método, o Tribunal teve que adquirir produtos e materiais próprios para a limpeza. A área responsável pelo projeto básico da contratação e pelo gerenciamento da lavagem dos veículos é a Coordenadoria de Transporte, ligada à Secretaria de Administração e Finanças.

Hiram D'Olival, chefe da Seção de Transporte, explicou como funciona o procedimento: "Para cada parte do veículo, existe um produto específico. Para o para-lama tem o desengraxante, que é diluído em água: são 100ml para cada litro de água. O produto é borrifado nas rodas, no pneu e no para-lama, e a sujeira é retirada com um pano." Depois é a vez de uma espécie de cera higienizadora. "Diluída da mesma forma, ela é aplicada em toda a lataria do carro, inclusive nos vidros. Em seguida, usa-se um pano de microfibra, próprio para o procedimento, que retira a sujeira sem arranhar a pintura. Por fim, usamos um pano seco para dar brilho", acrescenta o servidor.

Se no processo convencional de lavagem costumam-se gastar em torno de 80 litros de água por automóvel, na lavagem ecológica utilizam-se apenas 250ml do recurso hídrico.

Mas o procedimento está em fase inicial. "Ainda estamos pegando a prática. Por enquanto, levamos meia hora para lavar um carro por dentro e por fora. Com água, gastávamos apenas 10 minutos", relata Olavo Bezerra, lavador terceirizado do Tribunal.

Quem testou, aprovou

Os mais céticos podem, em princípio, ficar ressabiados com a ecolavagem, afinal, a cultura da limpeza com água é ainda muito forte no Brasil. Porém, a remoção de resíduos nada mais é do que a reação química de elementos que, usados juntos, promovem a limpeza.

"O resultado é excelente. O carro fica limpo e com a vantagem de que já sai encerado e protegido contra os males do tempo", afirma Hiram. E mais, o procedimento não prejudica o meio ambiente ou a saúde, pois o produto é totalmente livre de toxinas e é completamente decomposto pelos micro-organismos presentes na natureza.

A maior parte dos motoristas dos carros oficiais também aprovou a ideia: "Eu acho que a tendência é essa. Vale a pena investir", disse Manoel José da Silva, motorista do ministro Antônio Carlos Ferreira. Basta ir ao boxe de lavagem, na garagem do edifício da Administração, no horário de pico, entre 7h e 9h, para ver que a novidade deu certo. Mais uma atitude que destaca o STJ como Tribunal da Cidadania. O meio ambiente e o bolso do contribuinte agradecem! ▪

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
MAIO 2012
Ano XVII • nº 83

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Delineando histórias

Desde 1996, um time de programadores visuais vem dando forma à imagem do Tribunal.

Você talvez não conheça o autor, mas com certeza já se deparou com as obras. É arte em forma de cartazes, *banners*, *folders*, convites, manuais; logomarcas, ilustrações, além de projetos gráficos de publicações, como capas de livros e até o tão disputado calendário. Tudo feito por uma equipe de prata da casa que alia alto conhecimento técnico com criatividade. Essa é a Coordenadoria de Programação Visual (CPRV), unidade da Secretaria de Comunicação Social (SCO) responsável pela elaboração dos diversos impressos e peças eletrônicas do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

São os servidores e os estagiários dessa área que transformam em arte-final os rascunhos que nascem de suas ideias, como no site infanto-juvenil do Tribunal. "No STJunior, todos os personagens, a ambientação e os jogos foram ilustrados por nossa equipe.", revela Leonel Laterza, servidor da CPRV.

Entre cores e linhas, a experiente equipe dedica-se a criar muito mais do que produtos bonitos. "Aqui cumprimos uma tarefa de comunicação eficiente. Utilizamos ferramentas artísticas, sim, mas elas estão subordinadas a uma linguagem de comunicação. As cores e as letras são escolhidas com a intenção de que o leitor apreenda a informação que o cliente quer passar", explica o coordenador da área, Carlos Eduardo Lessa.

Foto: Luis Antônio

Muito prazer, esta é a equipe da CPRV

Contatos imediatos

A interação com os servidores é fundamental para que o processo criativo tenha a eficiência desejada. É aí que entra um aspecto que o grupo considera primordial: o planejamento. "Se o cliente quer solicitar um trabalho à Programação Visual, a primeira coisa a fazer é nos inserir no plano de ações de sua unidade para podermos trabalhar com prazo, criatividade e as ferramentas ideais", diz Leonel. E continua: "Na hora de nos procurar, basta enviar um e-mail, dizendo qual a necessidade; se for preciso, marcamos uma reunião". A partir daí, os encontros vão acontecendo, à medida que as peças vão sendo criadas.

"Pedidos de última hora são atendidos na medida do possível, mas o que queremos é que todos sejam atendidos", afirma Leonel Laterza. As demandas solicitadas com antecedência fazem com que a equipe possa sugerir os tipos de mídia mais adequados e até mesmo os ecologicamente corretos, como o *e-flyer*, publicidade enviada por e-mail. Esta mídia, ao contrário das filipetas, não pode ser jogada ao chão e não polui o meio ambiente.

A cara do Tribunal

Com equipamentos e *softwares* de última geração, a CPRV é parceira de várias ações importantes do Tribunal. Não há nenhuma área que tenha ficado sem um trabalho da unidade: Segurança, Transporte, Gestão de Pessoas e até mesmo a área jurídica. Membro da equipe, Fabíola Rech destaca a relevância de um material elaborado com qualidade técnica. "Quando se faz um livro aqui, bem organizado, e ele é visto fora do Tribunal, é como se fosse um cartão de visitas do próprio STJ". O colega Milton Blanco complementa: "Aqui é uma grande escola, onde um repassa conhecimento para o outro". Tudo isso somado a um ambiente que – eles são unânimes em dizer – é maravilhoso.

Ainda nesta gestão, a área conclui sua participação no Plano Estratégico de Identidade Visual do STJ. O projeto cria nova logomarca e um conjunto sistematizado de elementos gráficos para identificar visualmente a Corte. "Também estamos produzindo o Manual de Identidade Visual, que irá normatizar a aplicação dessa nova logo em todo o Tribunal", acrescentam Lessa e Leonel.

Reconhecimento

A criatividade, a seriedade e o planejamento deram à Coordenadoria de Programação Visual vários prêmios. Entre eles, um que o grupo avalia ser especial: o primeiro lugar na categoria *Campanha de Comunicação Interna*, no IV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, em 2006. O troféu foi recebido pela campanha de preservação de livros, desenvolvida em parceria com a Secretaria de Documentação.

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Continuação da série sobre os principais problemas de saúde detectados pelo exame periódico

Você é 12 por 8?

Popularmente conhecida como pressão alta, a hipertensão arterial sistêmica é uma doença bastante comum. No Brasil, ela atinge aproximadamente 24% da população adulta. E chega a mais de 50% das pessoas com idade acima de 55 anos, de acordo com o Ministério da Saúde.

Ela foi a segunda doença com maior ocorrência entre os servidores do STJ, conforme dados do exame periódico de 2011, realizado anualmente pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS). A consolidação desses dados mostra que o índice de hipertensos na Casa é de 14,4%. Valor muito próximo ao índice nacional para a faixa etária entre 30 e 40 anos, população prevalente no Tribunal.

Para se ter uma ideia, em 2001, cerca de 7,6 milhões de mortes no planeta foram atribuídas à elevação da pressão arterial, segundo informações das Diretrizes Brasileiras de Hipertensão (DBH VI). O cardiologista Cledson Reis Silva, chefe da Seção de Medicina Preventiva do STJ, confirma os números. "O que mais mata no mundo são as doenças do aparelho circulatório como derrame (acidente vascular cerebral – AVC), infarto e outras doenças cardiovasculares. Mais da metade dessas mortes é devido à hipertensão arterial", afirma.

Não bastasse seu poder de mortalidade, na maior parte dos casos, ela não apresenta sintomas. Assim, fica fácil entender por que a doença é tão perigosa. Apesar da séria ameaça, somente uma parcela mínima dos hipertensos está com a pressão controlada. E essa falta de controle reduz em 16,5 anos a vida de uma pessoa.

Doenças renais e a impotência sexual também estão relacionadas à hipertensão arterial. O cardiologista explica que a hipertensão faz uma alteração circulatória no corpo inteiro, por isso afeta tanto o cérebro, o coração, os rins, podendo prejudicar também a potência sexual masculina.

Sobre esse assunto, o médico Andral Codeço Filho, coordenador de Saúde Ocupacional e Prevenção, deu mais detalhes. "A ereção enche de sangue o pênis para poder causar uma vasoconstrição. Se ele tem uma alteração dessa resistência, dessa elasticidade, ele pode perder a facilidade do endurecimento peniano." Mas não se confunda, estamos falando sobre potência sexual e não sobre libido. A hipertensão não afeta o apetite sexual mas, sim, pode afetar a potência, a capacidade de enrijecimento.

O que é e como tratar

De maneira simples, hipertensão é quando os valores das pressões máxima e mínima são iguais ou ultrapassam 14 por 9 (140/90 mmHg). "Uma medida isolada não significa que você seja hipertenso, mas a repetição dessas medidas nas atividades corriqueiras do dia te define como hipertenso", explica Cledson.

A pressão arterial pode se elevar por vários motivos. "Fatores associados ao estresse, consumo de bebidas alcóolicas, obesidade, estilo de vida, excesso de sal e sedentarismo são os principais. Fora as questões genéticas propriamente ditas", enumera o cardiologista.

Por isso, a primeira atitude a tomar é descobrir se você é hipertenso. Se for, procure auxílio médico (cardiologista) para orientação. Por vezes, o tratamento necessita de medicação. Porém, "não é raro na prática clínica um indivíduo se dedicar tão bem ao tratamento, que você ou reduz a medicação ou tira", relata Andral.

Também devem-se adotar hábitos de vida mais saudáveis, como diminuir o consumo de sal, passar a observar o teor de sódio nos rótulos dos alimentos, manter o peso corporal adequado, praticar atividade física com regularidade, controlar o estresse, reduzir o consumo de álcool e não fumar.

Na contramão da maior parte dos casos está o servidor José Carlos Silva, da Seção de Autuação de Processos Originários. Ele apresentou sintomas da elevação da pressão arterial. "Sentia uma pequena dor de cabeça e ficava muito agitado", disse. José descobriu que tinha a doença há três anos e desde então passou a cuidar melhor da saúde. "Estou fazendo exercícios físicos, diminuindo o sal da minha dieta e faço acompanhamento médico periódico." Com a mudança, o servidor garante que está mais tranquilo, saudável e não sente mais as dores de cabeça.

Novos tratamentos estão sendo desenvolvidos para os casos raros de hipertensão resistente às medicações, como o estudo desenvolvido pela equipe médica do Hospital de Base de Brasília. Entre os integrantes está o cardiologista Jairo Macedo da Rocha, que participou de um *chat* no STJ no final de abril e respondeu às perguntas de diversos servidores sobre o assunto. A iniciativa foi da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), engajada nessa batalha. Agora, é com você. E então, você é 12 por 8?

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

SEGURANÇA

Privacidade e integridade na assinatura de documentos

Certificação digital

Nos dias atuais, muitos cidadãos, empresas e governo utilizam a internet como meio mais rápido e prático para enviar e receber dados, documentos e processos. Mas, como garantir a confidencialidade, a segurança, a integridade e a autenticidade dessas transações se não há assinatura de próprio punho, carimbos e outros recursos?

Na era digital, esses mecanismos fazem parte do passado, pelo menos essa é a realidade de muitos servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como os coordenadores de turmas e sessões, os que assinam o Diário da Justiça Eletrônico, e os da Comissão Permanente de Licitação (CPL), entre outros. Essas pessoas atestam a veracidade dos documentos por meio de assinatura e certificação digital.

Quer saber como funciona?

O STJ, em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF), fornece, gratuitamente, o Certificado Digital Institucional (Cert-JUS) aos servidores da Casa. O certificado é um documento eletrônico que gera uma assinatura digital. Essa assinatura codifica o documento de forma a garantir sua integridade.

O Cert-JUS é destinado à assinatura de documentos, correio eletrônico, acesso às redes institucionais, entre outras funções. É uma espécie de "arquivo eletrônico" que identifica seu titular com informações sobre sua matrícula no órgão, CPF, nome, além de número público exclusivo, denominado chave pública, que serve para validar a assinatura lançada em documentos eletrônicos e outros dados pessoais.

No STJ, as primeiras solicitações para a utilização da certificação digital foram efetuadas em 2007, mas somente em 2011 o Sistema Justiça, que é utilizado internamente pelos servidores e ministros da Casa, possibilitou o uso do Cert-JUS na rotina diária de trabalho.

Trâmite

Para utilizar o Cert-JUS, é necessário que o servidor manifeste o interesse ao seu chefe, informando a necessidade do cadastro para aplicação nas suas atividades no trabalho. O chefe encaminha a solicitação ao Gabinete do Diretor-Geral (GDG), validando a necessidade da inscrição. Com a autorização do GDG, o servidor deve preencher um formulário disponível no endereço eletrônico www.certificado.caixa.gov.br, apresentar pessoalmente na agência da CEF, originais e cópias dos documentos necessários e assinar o termo de titularidade.

Após a assinatura do termo, o certificado digital é gerado com um par de chaves (pública e privada) e, depois de confeccionado, em cartão inteligente (*smart card*) ou *Token* USB (*pen drive*) — foto —, recebe uma senha PIN (número de identificação pessoal), com códigos pessoais e intransferíveis definidos pelo titular.

Bônus e ônus

Para o coordenador de Infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (STI), Carlos Zottmann, a certificação digital representa confiabilidade no processo eletrônico. "Com o uso dela, é possível fazer assinatura de maneira que, eletronicamente, um usuário de fora do STJ tem a certeza de que o documento foi assinado por um servidor da Casa".

Foto: Luis Antônio

Os benefícios existem, mas, como em tudo na vida, o Cert-JUS tem bônus e ônus, como alerta Zottmann: "O certificado é muito bom, mas representa alguns riscos: se o servidor esquece o certificado, que fica armazenado num *Token* ou outro tipo de mídia, caso a aplicação não disponha de método alternativo, só poderá assinar documentos quando estiver de posse dele. Em alguns casos, como perda por exemplo, deverá fazer nova solicitação, o que demanda tempo".

O Cert-JUS tem validade de três anos, podendo ser renovado por igual período sem necessidade de fazer nova solicitação e é certificado pela AC-JUS, autoridade certificadora que reúne os órgãos do Poder Judiciário e integra a Infraestrutura de Chaves Públicas ICP-Brasil.

Por ser um documento eletrônico extremamente seguro, também permite ao seu portador executar operações *on line* com outras instituições públicas ou privadas, como cartórios, instituições bancárias e Receita Federal.

Jeane Melo
jeane@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** André Sette/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

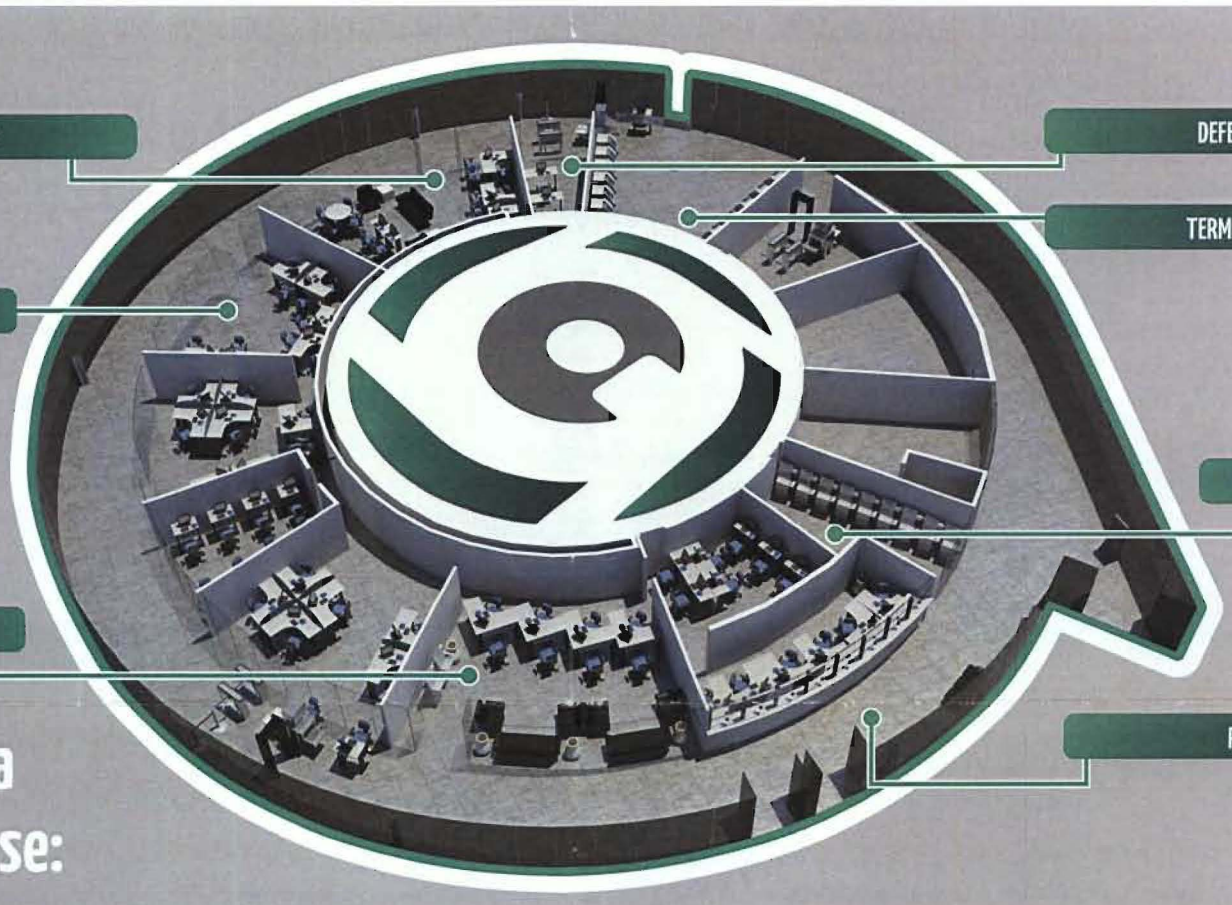
Ano XVII • nº 84 JUNHO 2012

JUSTIÇA

De portas abertas

A Central de Atendimento ao Cidadão torna-se realidade

Modelo Eletrônico: Milton Trindade



Veja a maquete da Central e localize-se:

Terminais bancários: Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Itaú e Caixa Econômica Federal disponibilizarão terminais de autoatendimento para o público interno e externo.

Seção de apoio aos advogados: área equipada com computadores configurados com acesso à Internet e ao e-STJ, aparelhos de fax, scanners, rede wireless e toda a estrutura necessária para que os advogados redijam suas petições e realizem pesquisas processuais com comodidade e segurança.

Ouvidoria: espaço para o cidadão fazer reclamações, críticas, denúncias, elogios e sugerir o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal. Canal de acesso às informações com base na Lei 12.527/2011. Opções para contato: presencial; por e-mail: ouvidoria@stj.jus.br; por telefone: 3319-6804 ou por carta, para o endereço SAFS – Quadra 6, Lote 1, Trecho III.

Recepção: área destinada a consultas processuais, visualização de peças dos autos, auxílio na utilização dos terminais de autoatendimento e informações sobre localização das unidades e funcionamento do Tribunal. Além dessas, outras orientações como formas de peticionamento, plantão judiciário, obtenção de certidões, custas processuais, tramitação eletrônica de processos, homologação de sentença estrangeira, carta rogatória, prioridade de tramitação – serão prestadas aos cidadãos presencialmente, por e-mail, por telefone e pelos correios.

Protocolo de petições: permitirá o ajuizamento de petições iniciais, interposição de recursos e apresentação de petições diversas. Os interessados poderão apresentar suas petições durante o expediente forense, das 7h às 19h, pelos correios, por fax ou por petição eletrônica (disponível 24 horas por dia).

Você ficou cansado só de pensar que iria a vários lugares para resolver um único assunto? Infelizmente, algumas vezes, isso acontecia com os cidadãos e seus representantes – os advogados – aqui no STJ. Eles tinham que se deslocar pelos prédios da Casa, para terem suas demandas atendidas.

Porém, com a criação da Central de Atendimento ao Cidadão (CAC), a questão foi solucionada. A CAC utiliza quatro formas para aproximar a Justiça das necessidades da população: presencial, virtual, telefônica e postal. A área está a postos para esclarecer dúvidas e agilizar os serviços judiciais prestados pelo Tribunal da Cidadania. Serviços esses disponibilizados em quatro frentes: informações processuais, protocolo de petições, apoio aos advogados e ouvidoria. A área está localizada no térreo do Edifício dos Plenários, onde anteriormente estavam instaladas as agências bancárias.

O insight

A ideia de criar uma estrutura física que congregasse os serviços mais demandados pelos cidadãos, em um único lugar, partiu da Coordenadoria de Protocolo de Petições e Informações Processuais, especialmente dos servidores Jorge Gomes e Benedito Maranhão. A proposta foi tão bem aceita pelo presidente da Casa e demais gestores, que se tornou um projeto estratégico.

"Pensamos em reunir em um único local os atendimentos mais comumente demandados pelo nosso público, que são busca por informações, protocolo de petições e acesso a autos judiciais, que poderiam ser visualizados nos terminais de autoatendimento, com a implantação do processo eletrônico", relatou Maranhão.

A primeira versão do projeto começou a ser redigida por Maranhão em julho de 2008. Trechos da primeira versão diziam: "A oferta de serviços integrados traduz a preocupação da instituição com a satisfação do público do Superior Tribunal de Justiça, que se constitui não só de advogados, como também de usuários eventuais, partes e seus representantes. Sua implantação integra-se na estratégia de tornar a Justiça mais acessível e transparente. Além disso, a proposta vem responder a pleitos dos advogados e usuários dos serviços deste Tribunal, decorrentes da distribuição espacial dos órgãos da Secretaria do STJ, que os colocou distante uns dos outros."

Na gestão do ministro Ari Pargendler, o projeto da CAC ganhou asas. Aquilo que parecia ser difícil de ser concretizado começava a se tornar realidade. Durante o percurso, especificamente no dia 16 de maio, entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), Lei 12.527/2011, que garante livre acesso às informações públicas a qualquer brasileiro.

E, para assegurar esse acesso à informação, a lei instituiu uma série de procedimentos, prazos, além de prever a criação, em todos os órgãos e entidades do poder público, de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

O STJ mais uma vez saiu na frente pois, com a inauguração da CAC, além de cumprir todas as exigências previstas na norma, o Tribunal estará mais acessível ao público externo e, também, aos usuários portadores de necessidades especiais, que se deslocarão num espaço menor dentro da Corte.

Rosa Maria de Abreu, secretária de Documentação, enumera os benefícios que a LAI irá trazer para a sociedade: "maior transparência do Poder Judiciário, a proximidade com o cidadão e o controle social da nossa atividade, ou seja, daquilo que produzimos."

Para Sílvio Ferreira, diretor-geral da Corte, a Central de Atendimento "é uma visão que se materializa. A Central é a materialização do sonho do cidadão", pois oferece, em um só local, acesso facilitado aos serviços mais demandados pelo público externo. E isso é ser coerente com o propósito maior do Tribunal, ou seja, com a nossa missão:

Processar e julgar as matérias de competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação de qualidade, rápida e efetiva.

É a informação de portas abertas para você! ■

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

DISLIPIDEMIAS

Distúrbio foi o de maior ocorrência entre os servidores do STJ

Sem medo do colesterol

Apesar do nome estranho, as dislipidemias são um problema comum entre a população brasileira. Trata-se da presença de níveis anormais de gorduras (colesterol e triglicerídeos) no sangue. Este foi o distúrbio de maior ocorrência entre os servidores do STJ no exame periódico de 2011.

De acordo com dados do exame realizado anualmente pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), as dislipidemias atingem 21,5% do Tribunal. O número está na faixa da média nacional, afirma o médico Andral Codeço Filho, coordenador de Saúde Ocupacional e Prevenção. O sedentarismo e a falta de hábitos alimentares adequados são as principais causas do problema, conta o médico.

Apesar de não apresentarem sintomas, as dislipidemias podem trazer problemas sérios de saúde, já que estão relacionadas à ocorrência de doenças cardiovasculares e cerebrovasculares. O cardiologista Cledson Reis da Silva, chefe da Seção de Medicina Preventiva do STJ, conta que a falta de controle dos níveis de colesterol e triglicerídeos no sangue aumenta em até três vezes a incidência desses tipos de doenças, sendo o infarto e o derrame (AVC) os casos mais comuns.

Foto: Gustavo Lima

Nelson: novos hábitos alimentares e exercícios físicos

Estilo de vida

Normalmente, o problema não exige tratamento com medicamentos e é resolvido com mudanças no estilo de vida do paciente. Praticar atividade física, ter cuidado com o peso, não fumar e dieta natural e pobre em gordura são medidas que devem ser adotadas. No entanto, nem sempre o paciente consegue fazer tantas concessões, o que dificulta que o distúrbio seja contornado.

"A grande dificuldade de reduzir os números das dislipidemias é que depende muito da adesão do paciente", relata Cledson. Ele acredita que o número de mortes por doenças causadas por elas poderia ser menor, se houvesse mais disciplina, uma vez que as doenças são de fácil controle e prevenção.

Se mesmo depois de três ou seis meses com o novo estilo de vida, o paciente não apresentar melhora, é iniciado o tratamento com medicamentos. No entanto, em alguns casos o uso de remédios é necessário desde o diagnóstico. Os grupos de risco abrangem pessoas com diabetes, problemas com a tireoide e doenças reumáticas.

O servidor Nelson Alves dos Santos Neto, da Sessão de Atendimento Remoto, conta que detectou o problema em 2009. Desde então, ele se esforça para abaixar os níveis de gordura no sangue. Para se manter saudável, ele passou a frequentar a academia quase todos os dias. Além disso, ele mudou seus hábitos alimentares. "Tirei o açúcar e a bebida e como mais salada e frutas". Em seu último exame, as taxas já foram normalizadas. Porém, ele diz que não pretende deixar os novos hábitos: "Vou levar para o resto da vida". ■

Ingridy Peixoto
inpeixot@stj.jus.br

Dicas para diminuir as taxas de gordura no sangue

A solução não é cortar completamente as gorduras do cardápio. Isso nem seria saudável, pois elas são fontes de vitaminas, contribuem para a sensação de saciedade, além de potencializarem o sabor, crocância e maciez dos alimentos.

A dica do chefe da Seção de Assistência Nutricional, Aldemir Soares, é dar preferência às gorduras vegetais. "As gorduras animais estão ligadas a problemas cardíacos e no aumento do colesterol", conta. Por isso é bom evitar a banha de porco, sem se deixar enganar com alguns vegetais que apresentam gordura saturada como a encontrada na manteiga e no óleo de coco.

O aumento do consumo de peixe na dieta também é um grande aliado contra as dislipidemias. Nele, é possível encontrar o ômega 3, que baixa os níveis de triglicerídeos e tem ação anti-inflamatória, que age contra os problemas cardiovasculares. Alimentar-se de atum, salmão, sardinha e truta prova que a luta contra a gordura pode ser bem saborosa.

Outro elemento bem-vindo no cardápio de quem tem dislipidemias é o ômega 9. Ele está ligado à diminuição do colesterol total e do ruim (LDL) e é encontrado no azeite de oliva, castanhas e óleo de canola.

Comprar a versão light dos alimentos também ajuda, pois tem menos gordura.

Tudo isso aliado à prática regular de exercícios físicos.

SUSTENTABILIDADE

Reações mostram que a consciência ambiental começa a fazer efeito no Tribunal

Sinal verde para a sustentabilidade

Desde o final de maio, a fachada do STJ tem passado por uma limpeza geral. No início, quem entrava no Tribunal pelo portão principal percebia uma grande estrutura montada: profissionais suspensos e equipados com mangueiras que, para conseguir retirar a sujeira do concreto, soltavam jatos fortes e barulhentos de água.

Essa ação teve uma consequência adversa: reclamações foram encaminhadas ao Programa de Responsabilidade Socioambiental (STJ Ambiental). A quantidade de água utilizada para a manutenção dos prédios da casa preocupou quem convive diariamente com a política ambiental aqui iniciada.

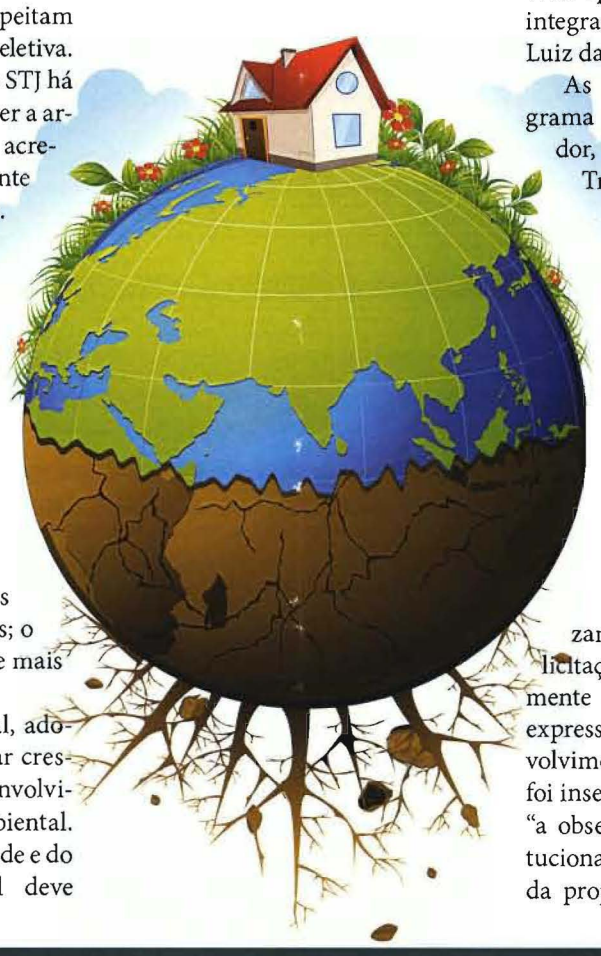
Como resposta ao congestionamento dos e-mails e ligações telefônicas, o STJ Ambiental recorreu à Comunicação Interna para esclarecer o motivo da limpeza: estava firmado um contrato e precisava ser cumprido. A reação dos colaboradores funcionou como termômetro prático para o programa: a consciência ambiental já está disseminada.

Política ambiental

No entanto, nem todos respeitam a simples proposta da coleta seletiva. Roberto Barbosa, vigilante no STJ há 21 anos, conta que é comum ver a arbitrariedade nas lixeiras. Ele acredita que o segredo está realmente no investimento em educação.

Esse é também o sentimento de Helena Faria. Há 26 anos no Tribunal, a servidora da Coordenadoria de Taquigrafia costuma trazer, de casa, resíduos para reciclagem, mas admite que não é uma atitude comum. Para ela, faltam esclarecimentos e informações, mesmo no STJ. Por exemplo, copos secos são mais facilmente reciclados; o material molhado depende de mais custo e tempo no tratamento.

A nova política ambiental, adotada em maio, busca conciliar crescimento econômico, desenvolvimento social e equilíbrio ambiental. "O princípio da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável deve estar apoiado nesse tripé", explica o integrante do STJ Ambiental, Fábio Luiz da Silva.



As ações propostas pelo programa são para educação do servidor, gestor e de quem convive no Tribunal. Fábio enfatiza que os cidadãos tendem a levar à família e à sociedade os ensinamentos e hábitos adquiridos aqui. A educação sustentável "já é realidade no Tribunal", concluiu o Programa ao receber o retorno de quem participa ativamente da vida do STJ.

Investimento público

Os órgãos públicos realizam compras a partir da lei das licitações e contratos, que recentemente sofreu pequena alteração: a expressão "e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável" foi inserida. Agora, além de garantir "a observância do princípio constitucional da isonomia" e a "seleção da proposta mais vantajosa para a administração", as instituições devem se preocupar em como afetam o meio ambiente. Assim, a compra pública está deixando de ser um meio de buscar o menor preço e está passando a ser um fim para o desenvolvimento sustentável.

No STJ, a ideia é convencer o mercado a produzir serviço ou produto nas especificações das licitações que propõem em harmonia com o a sustentabilidade. Fábio afirma que o programa pretende contribuir assim de forma eficaz para a preservação, principalmente por utilizar da verba pública e afetar quem paga os impostos.

Como Tribunal da Cidadania, o STJ busca a conscientização para transformar em hábitos os conceitos ambientais que propõe. E você, o que tem feito para contribuir com a preservação do meio ambiente? ■

Jéssica Antunes
rjantune@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

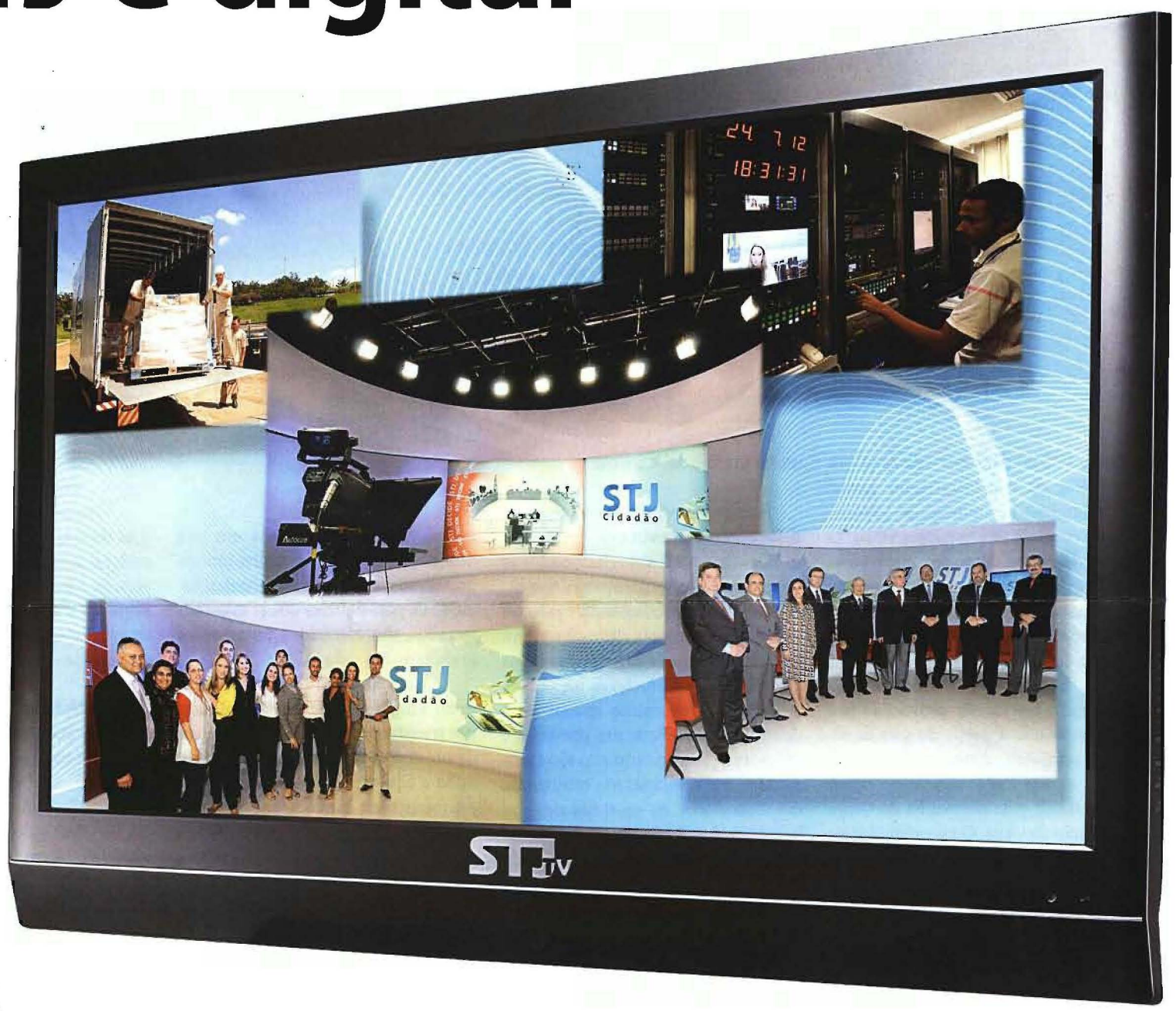
Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Leonel Laterza/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XVII • nº 85 JUL/AGO 2012

COMUNICAÇÃO

STJ inaugura o primeiro núcleo de produção de TV digital do Judiciário

TV do STJ é digital



A Coordenadoria de TV (COTV) do STJ acaba de entrar na era digital. Além de cenário e equipamentos novos, adquiridos por licitação no fim do ano passado, ela passará a operar em sistema totalmente digital a partir de agosto. E, com isso, irá se tornar o primeiro núcleo de produção de TV do Poder Judiciário a operar com tecnologia de alta definição.

A modernização promovida pelo Tribunal, sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social (SCO), foi uma determinação do presidente da Casa, ministro Ari Pargendler. A decisão atende ao Decreto 5.820, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a instalação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T).

A norma estabelece diretrizes para a transição do sistema analógico para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Em julho de 2013, o governo passará a outorgar a exploração do serviço apenas em tecnologia digital. Em julho de 2016, os canais analógicos serão devolvidos à União, isto é, o sinal analógico de televisão sairá do ar. Portanto, quem não tiver um aparelho HD (High Definition – alta definição) ou um conversor de sinal em casa, não poderá assistir à televisão.

"Conforme a legislação federal, teríamos ainda até 2016 para operarmos em tecnologia analógica. Mas como o nosso parque tecnológico já estava bem desgastado e já não encontrávamos mais peças de reposição para alguns equipamentos, fizemos um estudo e constatamos que seria economicamente mais viável para o Tribunal e para o erário realizar a troca total dos equipamentos nesse momento", explicou Simone Aragão, coordenadora de TV.

A servidora citou outro fator que os levou a fazer a troca completa da tecnologia: "evitar a incompatibilidade de equipamentos que não conversassem entre si, não tivessem a mesma linguagem". Além disso, com a proximidade de 2016, "se fizéssemos uma compra analógica, teríamos que, na sequência, fazer uma compra digital e isso sairia mais caro", ponderou.

A TV Justiça, canal de televisão coordenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que centraliza toda a transmissão do Judiciário, ao exibir o que é produzido pela TV do STJ, já opera em sistema digital. Por isso, "a troca do parque tecnológico da COTV veio em boa hora", diz Monica Andrade, assessora e repórter da COTV.

A repórter narrou um episódio que acontecia com frequência e que deixa claro o jogo de cintura feito pela equipe para conseguir gravar os programas. No ar, o famoso caso do microfone:

"Para o estúdio, usamos microfone de lapela, que se prende à roupa do entrevistado ou apresentador. Como todos os microfones já estavam quebrados ou com funcionamento deficiente, geralmente gravar um programa era uma verdadeira novela mexicana. O supervisor técnico tinha que emendar cabos, e os auxiliares dos cinegrafistas tinham que esconder o fio e o transmissor do microfone no fundo do cenário. Um dia fiquei cansada dessa história. Falava para todos que iria comprar o cabo. Como descobri que era bem caro, desisti da ideia e me rendi aos arranjos que toda a equipe precisava fazer para que conseguíssemos gravar o programa. Em agosto, essa novela finalmente acaba!", comemora Monica.

Mas a mudança não compreende apenas a troca dos equipamentos utilizados pela COTV. O estúdio de gravações e o camarim também passaram por reestruturações. No mês de março, caminhões desembarcaram várias caixas com os equipamentos a serem utilizados pelos técnicos e servidores da Coordenadoria.

Então, para aprender a lidar com os novos equipamentos, a equipe precisou ser capacitada. Tudo isso já havia sido incluído na contratação da solução, que foi feita de forma integral: equipamentos, testes de funcionamento e treinamento, uma maneira eficiente de contratar.

A qualidade das imagens produzidas com esse sistema é bem superior ao analógico. Agora é possível perceber detalhes mínimos como rugas e espinhas na pele do repórter ou apresentador. "Não é à toa que a tecnologia digital exige maquiagem específica", explica Monica. Por isso, a reformulação do camarim exigiu adaptações principalmente no tipo de espelho e na iluminação, própria para maquiagem.

Dgésio Lopes da Silva Júnior, supervisor técnico da COTV, descreveu a praticidade do novo cenário, que possui oito estruturas curvas, cobertas com lonas que permitem qualquer tipo de projeção de fundo, imagens ou vídeo. "Estamos com um sistema de trilhos, que nos permite alternar os fundos do programa que queremos gravar de forma rápida. Hoje podemos gravar vários programas utilizando a mesma estrutura".

A transição para o sistema digital representa uma grande conquista para toda a equipe. Segundo explicou Monica, a reestruturação vai trazer diversas vantagens, como "mais agilidade nas atividades diárias, tanto na reportagem, quanto na edição e no envio das reportagens para o STF; mais qualidade em todas as etapas que envolvem a produção de reportagens e programas e diminuição do retrabalho que ocorria em razão dos defeitos nos equipamentos".

Simone relatou uma história que demonstra o alcance do trabalho produzido pela área. A unidade produz o programa "STJ Cidadão", que é exibido em emissoras parceiras em todo o Brasil. "Eu estava outro dia na Paraíba e, no quarto do hotel, comecei a assistir ao programa. É muito legal saber que estamos sendo exibidos em todo o país". A coordenadora avaliou que a TV do STJ tem papel importante na tradução das decisões da Corte para os cidadãos. São julgados que possuem muita visibilidade por atingirem toda a população brasileira. Nesse sentido, agregar tecnologia de ponta à divulgação dos julgados valoriza ainda mais o trabalho desenvolvido e o Tribunal.

Acompanhe o "STJ Cidadão", revista eletrônica produzida semanalmente pela Coordenadoria. O programa é exibido na TV Justiça, em emissoras parceiras e está disponível na intranet e no site do STJ. A COTV participa diariamente com reportagens e entradas ao vivo nos jornais da TV Justiça às 13h e às 18h30, além de acompanhar eventos e demandas internas da Casa e dos ministros. O programa inédito vai ao ar às sextas-feiras, às 13h30. As reprises são exibidas aos domingos, às 5h30, e também às segundas, às 20h30. ▪

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

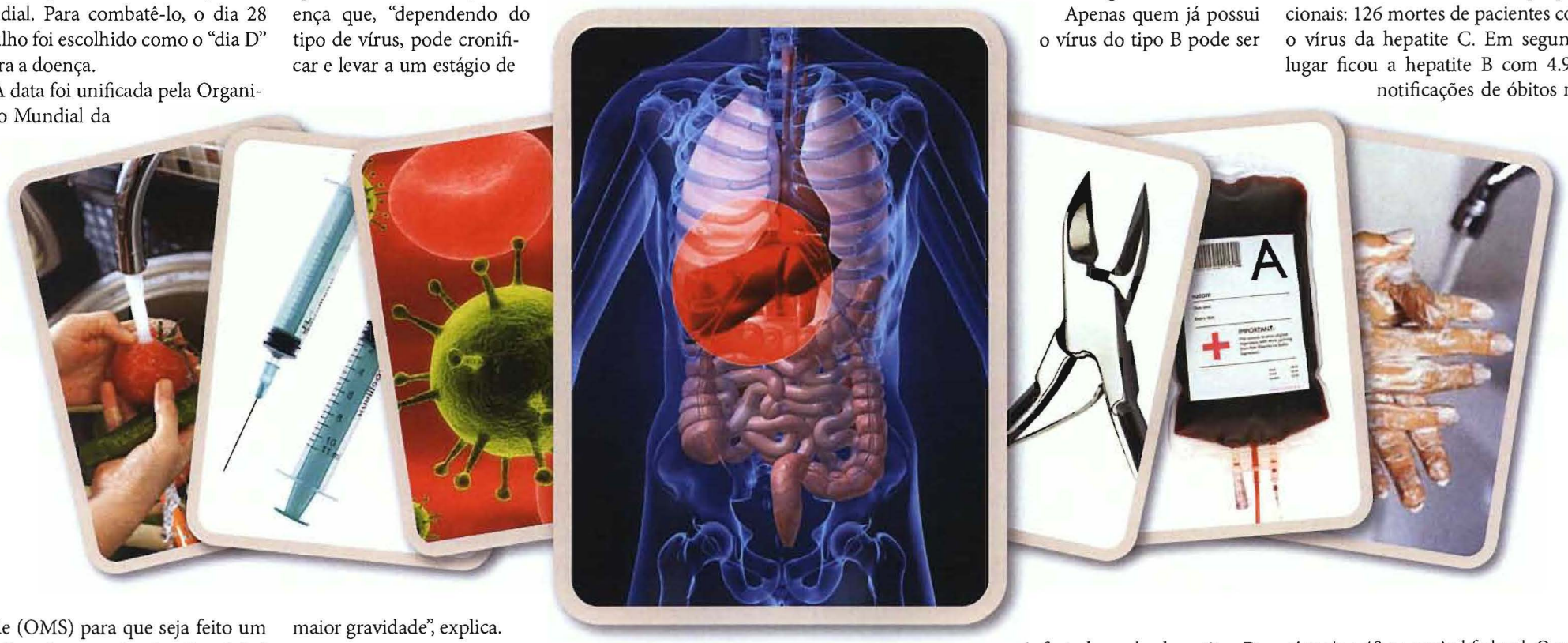
Dia 28 de julho marca a luta mundial contra as hepatites virais

Fique de fora das estatísticas

Você tem estado com febre, enjoos, cansaço, vômitos ou dores abdominais constantes? Tem notado diferença significativa na coloração das fezes e urina ou amarelamento nos olhos? Se a resposta for afirmativa, procure um médico. Pode ser que você esteja na fase inicial de hepatite, um problema de saúde pública mundial. Para combatê-lo, o dia 28 de julho foi escolhido como o "dia D" contra a doença.

A data foi unificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para que seja feito um trabalho de conscientização global e estimulem-se medidas de prevenção e controle das hepatites virais. O tema da campanha sugere que o vírus pode estar mais perto do que a pessoa imagina e, de forma direta, insiste no diagnóstico precoce: "Conheça, confronte, faça o teste".

A hepatite é uma inflamação no fígado e pode ser provocada por causas tóxicas a partir do uso de alguns remédios, drogas e álcool, ou ainda aquela mais comum no Brasil e enfatizada pela campanha da OMS: por meio de vírus. O coordenador de Saúde Ocupacional e Prevenção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o médico Andral Codeço Filho, enfatiza que, apesar de as hepatites virais serem causadas por tipos diferentes de vírus, os quadros clínico e laboratorial são parecidos no início. Contudo, a evolução de cada um pode ser diferente. Outros sintomas podem aparecer com a evolução da doença que, "dependendo do tipo de vírus, pode cronificar e levar a um estágio de maior gravidade", explica.



Hepatites virais: conheça, diferencie e previna

Os vírus A e E são relacionados às condições de saneamento básico e higiene, sendo que o segundo é raro no Brasil. Para prevenir, deve-se sempre ter cuidados com a higiene das mãos e alimentos. A evolução da hepatite A é benigna, provocando apenas uma doença amena. Para sua prevenção, crianças a partir de um ano são imunizadas pela vacinação, ministrada em duas doses. As mortalidades das hepatites A e E são raras: menos de 1% na primeira, com mais casos de idosos e 0,5 a 4% na segunda, com maior incidência em gestantes.

As hepatites por vírus B e C são outros tipos encontrados. A primeira é transmitida basicamente por relações sexuais e contato sanguíneo. O Serviço Único de Saúde (SUS) disponibiliza vacina para sua prevenção, que deve ser administrada em três doses. Além disso, a utilização de preservativos é sempre recomendada. Mas, para aqueles que já estão infectados, são oferecidos tratamentos gratuitamente pelo SUS.

O vírus da hepatite C está presente no sangue e pode ser transmitido por transfusões e compartilhamentos de objetos como seringas, alicates de unha e equipamentos para tatuagens – modos mais raros de transmissão. Além disso, uma mãe contaminada pode passar para o filho, durante a gravidez e, embora seja rara, a transmissão também pode ser ocasionada por relação sexual. Para esse vírus não existe vacina e, em muitos casos, evolui para a forma crônica. Para tanto, é preciso tomar cuidado com a utilização desses equipamentos, assim como o pré-natal é essencial para a saúde da gravidez.

Apenas quem já possui o vírus do tipo B pode ser infectado pela hepatite D. Ambas tem as mesmas formas de transmissão sendo que a vacinação contra a hepatite B também protege o paciente do vírus do tipo D. Segundo o Ministério da Saúde, esse tipo de hepatite é mais comum na região Norte.

Estatísticas

Entre 2000 e 2010, foram registrados 307.446 casos de hepatites virais no Brasil. O Distrito Federal (DF) teve 6.527 confirmados nesse período. São dados do Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais, publicado em 2011 pelo Ministério da Saúde associado à Secretaria de Vigilância em Saúde e ao Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Além disso, quase 15 mil pessoas morreram pela hepatite C. Foi o maior número registrado de óbitos atribuídos às hepatites virais em dez anos.

No DF, os casos foram proporcionais: 126 mortes de pacientes com o vírus da hepatite C. Em segundo lugar ficou a hepatite B com 4.978 notificações de óbitos nacionais e 48 na capital federal. O sexo masculino representou a maior parte de falecimentos relacionados à doença no Brasil em todos os anos.

De acordo com o Ministério da Saúde, milhões de pessoas podem ser portadoras dos vírus B e C sem saberem. Previna-se, procure um médico e, se indicado, faça o teste. Todos os laboratórios do Programa de Assistência aos Servidores (Pró-Ser) são habilitados a realizar os exames sorológicos. Entre você também na luta contra a hepatite! ▪

Jéssica Antunes
rjantune@stj.jus.br

ACESSIBILIDADE

Bibliotecas digitais são fonte de conteúdo diversificado na web

Livros ao alcance do mouse

E se você pudesse ler obras jurídicas e literárias na íntegra sem precisar sair de casa ou colocar a mão no bolso? Essa é a proposta da Biblioteca Digital Jurídica, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e de muitas bibliotecas digitais que disponibilizam gratuitamente títulos que já estão em domínio público ou cuja divulgação foi devidamente autorizada.

O STJ teve a iniciativa de criar a Biblioteca Digital Jurídica em 2004. Oito anos depois, a BDJur possui cerca de 40 mil documentos disponíveis em diversos formatos, incluindo texto, imagem e vídeo. São livros, trabalhos acadêmicos, relatórios, folhetos, palestras, discursos, entrevistas e legislação. Tudo isso à distância de alguns cliques.

Grande parte do conteúdo está acessível a qualquer pessoa conectada à internet. Além de atos administrativos, documentos e sumários jurídicos, a produção intelectual dos ministros do tribunal, periódicos especializados e livros digitais estão disponíveis na biblioteca digital do STJ. Por meio dela, é possível ler, por exemplo, obras raras do acervo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva sem burocracia.

O acervo está em constante atualização e recebe contribuições até de quem está fora do Tribunal. "Pessoas do país inteiro querem colocar seus trabalhos na BDJur. Algumas instituições consideram isso como publicação, o que é levado em conta para a obtenção de mestrado e doutorado", conta Arlan Morais de Lima, chefe da Seção de Biblioteca Digital. Outra prova de seu alcance é o número de *downloads* dos documentos. A média é de 370 mil por mês e no ano passado foram mais de 3,6 milhões de arquivos baixados.

Os colaboradores do STJ ainda encontram mais conteúdo à sua disposição. Pela intranet, eles podem acessar bases de dados de outras editoras que a BDjur tenha adquirido a assinatura. É o caso da Biblioteca Forense Digital e da Governet.

Além do Direito

Nem todo conteúdo digitalizado e colocado na internet é focado na Justiça nem as bibliotecas digitais estão restritas ao âmbito do Tribunal. Quem procura clássicos da literatura pode encontrar diversos títulos em páginas como o Portal Domínio Público (http://www.dominiopublico.gov.br). Lá está a obra completa de Machado de Assis, a poesia de Fernando Pessoa, entre outras obras artísticas e literárias. E o material não se limita a livros; composições da música erudita brasileira também podem ser baixadas em mp3, entre outras possibilidades.

As bibliotecas digitais costumam ser bem aproveitadas pelas universidades do país. Teses e dissertações podem ser lidas na íntegra em portais como o Saber (http://www.saber.usp.br) da Universidade de São Paulo. A USP ainda tem a Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa, com clássicos da literatura brasileira e portuguesa, a Biblioteca Digital de Obras Raras e Especiais, entre outras.

As bibliotecas físicas também não dispensam os recursos da internet. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro digitalizou vários textos de seu vasto acervo e os disponibilizou em http://bndigital.bn.br/. Órgãos como o Senado Federal e Câmara dos Deputados também possuem acervo digital ao alcance de todos.

Esses são apenas alguns exemplos de inúmeras bibliotecas digitais que existem por aí. Use a internet também para embarcar em aventuras que só os livros proporcionam. ▪

Ingridy Peixoto
inpeixot@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • **Diretor-geral:** Sílvio Ferreira • **Secretária de Comunicação Social:** Deuza Lopes • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Chefe de Reportagem:** Cristine Genú • **Revisão:** Reginaldo França/Hélio Antônio Ramos • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVII • nº 86 SET/OUT 2012

NOVA GESTÃO

Confira quem é quem na direção de cada secretaria e assessoria do Tribunal e saiba o que esperar para o próximo biênio

Esperança renovada

Novos ventos sopram pelo Tribunal da Cidadania. No dia 31 de agosto, assumiram a Presidência e a Vice-Presidência do STJ, para o biênio 2012-2014, os ministros Felix Fischer e Gilson Dipp. Logo após, no dia 3 de setembro, o presidente do Tribunal empossou a nova equipe administrativa da Casa.

A renovação no Secretariado foi grande e a intenção maior do ministro Fischer é oferecer condições para que todos trabalhem motivadamente.

Em reunião com os secretários, o ministro estabeleceu 51 ações para serem adotadas já nos 100 primeiros dias de gestão. O objetivo das ações é trazer melhorias para o Tribunal e fazer com que os servidores se sintam valorizados e recobrem o ânimo e o orgulho de fazer parte do Tribunal da Cidadania. Veja quem é quem no comando da Casa. ▪

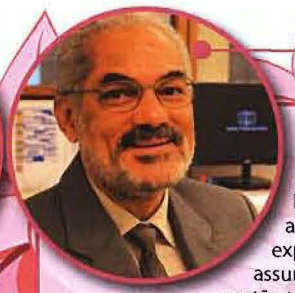
Fotos: Gustavo Lima/Luiz Antônio/Moreno - SCO

Secretário de Gestão de Pessoas, Fabiano de Andrade Lima

É servidor do TST e atuava na gestão estratégica do CNJ, quando foi convidado a assumir a SGP do STJ. Para ele, a missão primeira da área é "cuidar, olhar para o servidor como patrimônio da Casa, a quem precisa ser dada a devida valorização e reconhecimento. O principal foco é interagir com as demais áreas, ouvir e de fato praticar o que consideramos a moderna gestão de pessoas".

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Lúcio Melre da Silva

Tem 28 anos de serviço público. Participou do primeiro concurso para a área de TI ainda no TFR. Passou pelo TRF1 e já comandou as áreas de TI do CJF, STF, CNJ e do próprio STJ entre 2004 e 2006. Entre as prioridades, Melre aponta a continuidade e melhoria do Processo Eletrônico e Recursos Repetitivos. "Acho que nós da STI temos que trabalhar para que o Tribunal cumpra a sua função maior, que é julgar processos com rapidez, com celeridade e com qualidade."



Assessor-Chefe de Modernização e Gestão Estratégica, Olivio Fernandes Balbino

É engenheiro eletrônico e especialista em gerenciamento de projetos, já foi servidor do DASP, de onde pediu exoneração e tornou-se consultor. Foi gerente nacional de três eleições. Iniciou sua atuação no Judiciário em 2008, junto ao TSE, pela expertise em eleições. Também atuou no CNJ, até assumir a gestão estratégica do STJ. Para Balbino, a nova gestão tem o desafio de introduzir modernidade. "A grande meta da AMG é trazer alguns conceitos novos para a administração, mas integrando o servidor, dando prazer ao servidor de ser partícipe da história".

Secretário Judiciário, Rubens Cesar Gonçalves Rio

É bacharel em Direito e servidor do STJ desde 1990. Passou pela SOJ, onde atuou nas mais diversas seções. "Já fiz de tudo, de costurar processo até secretariar sessão". Comandou e estruturou o Nupre e, agora, assume a SJD. Rubens reforça que a gestão será voltada para o servidor. "Queremos que seja uma gestão democrática, em que possamos simplesmente somar e fazer com que o STJ avance cada dia mais e consiga a excelência na prestação jurisdicional. Queremos solidificar o processo eletrônico, até atingirmos 100% tramitando eletronicamente, e fortalecer o tratamento aos recursos repetitivos".

Secretária de Órgãos Julgadores, Cláudia Austregésilo de Athayde Beck

É bacharel em Direito e analista judiciária do STJ há 24 anos. Foi professora de Administração Judiciária na FGV e assumiu coordenadorias de Turma desde o TFR até 2008. Esta já é a terceira gestão no comando da SOJ. Segundo Cláudia, a SOJ vai concentrar esforços para que o processo eletrônico seja instalado integralmente, já que o modelo existente é híbrido e ainda utiliza conceitos do processo físico. Outro ponto importante é "aumentar as operações virtuais integradas com outros tribunais e órgãos de administração da Justiça, para facilitar o acesso dos jurisdicionados às informações".

Secretário de Documentação, Wilmar Barros de Castro

É formado em arquivologia e pós-graduado em gestão do conhecimento. Prestou consultorias sobre o tema até se tornar servidor da Casa em 2004. Comandou a Coordenadoria de Gestão Documental e assessorou a SGP até ser convidado a conduzir a SED, um marco na história do STJ, já que o cargo só havia sido ocupado por bibliotecários. Para Wilmar, os planos da Secretaria são ambiciosos. A SED pretende implantar tecnologias que propiciem o autoempréstimo e a autodevolução de livros, modernizar e implementar funcionalidades no processo eletrônico administrativo e tornar mais abrangentes os projetos socioeducativos. "Resumindo todos esses planos, eu diria que a palavra de ordem é inovação e gestão compartilhada."

Secretária de Jurisprudência, Bárbara Brito de Almeida

É servidora da Corte desde 2003, quando assumiu como analista judiciária. Está na Jurisprudência desde 2004 e já passou por diversas seções. Assumiu cargos gerenciais e tornou-se ampla conhecedora da área. "Sempre tive essa vontade de conhecer todo o trabalho da Secretaria". Dedicação que lhe rendeu a titularidade da SJR nesse biênio. "Pretendemos aprimorar os serviços que oferecemos e divulgar esse trabalho, levando ao cidadão a jurisprudência do Tribunal, de forma mais rápida e efetiva."

Secretário de Administração e Finanças, Antonio Carlos Elteto de Oliveira

É doutor em Cardiologia pela Universidade de Paris. Foi vice-presidente do Hospital Santa Lúcia e diretor científico do Instituto de Doenças Cardiovasculares. Convidado para assumir a SIS em 1990, está à frente dos trabalhos desde então. Para Bonfim, um dos planos da unidade é ampliar o atendimento aos usuários em várias especialidades médicas. "Atuaremos em parceria para estimular a socialização, a melhoria do clima organizacional, o aumento da motivação profissional e, como sempre, manter um quadro de pessoas mais saudáveis, visando alcançar melhores resultados organizacionais."

É administrador e servidor do GDF, mas atua no Judiciário desde 1999. Foi SAF no STF, no TSE e no STJ em 2008. Agora reassume o posto. "Estamos empenhados em cumprir o plano de metas do ministro Felix Fischer e resgatar a autoestima do servidor. Vamos apoiar a nova administração, melhorar as condições dos serviços prestados pelos terceirizados, revisar os contratos, adequar a demanda às novas contratações e atender melhor nossos magistrados."

Secretário de Serviços Integrados de Saúde, Bonfim Abrahão Tobias

Assessor-Chefe de Relações Internacionais, Hussein Ali Kalout

É graduado em Ciência Política e Relações Internacionais pela UnB, mestre pela Universidade de Oklahoma nos EUA e especialista em Oriente Médio pela Universidade Árabe de Beirute, no Líbano. Já atuou no Itamaraty e no MPF antes de assumir a Assessoria no STJ em 2006, onde permanece até hoje. Hussein afirma que "a expectativa é expandir a presença do STJ nos principais fóruns globais multilaterais voltados às questões do Judiciário e consolidar as cooperações com cortes dos países em desenvolvimento, as chamadas parcerias Sul-Sul. Com isso, o STJ visa ao fortalecimento institucional e à modernização gerencial e tecnológica dos tribunais, assegurando uma maior estabilidade democrática e segurança jurídica a essas nações".

Secretária de Controle Interno, Ângela Merce Teixeira Neves

É servidora do Ministério da Fazenda, mas há 18 anos atua no Judiciário. Possui 11 anos de experiência na área, dos quais sete no TSE. Na Corregedoria Nacional de Justiça, desenvolveu amplo trabalho de inspeção em todos os TJs do Brasil. De lá foi para o CJF, onde participou de inspeções na Justiça Federal. Para Ângela, o maior desafio é "trazer uma nova visão do Controle Interno, de forma que ele seja reconhecido como parceiro do restante do Tribunal".

Secretário de Comunicação Social, Armando de Araújo Cardoso

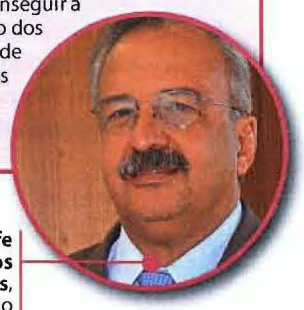
É formado em Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade. É do quadro da EBC e assumiu a SCO pela primeira vez em 2006. Atuou no STF, TSE, Enfam e retorna ao STJ, agora pela quarta vez. De acordo com Cardoso, uma das principais ações da Secretaria é a criação da campanha alusiva aos 25 anos de criação e instalação do STJ. "A pedido do ministro, já estamos recuperando a agenda e criando um comitê de imprensa para abrigar os jornalistas que vêm ao STJ." Armando afirma ainda que um dos principais desafios da área é conseguir divulgar tudo o que é decidido pelos ministros, levando essas decisões para a sociedade.

Assessora-Chefe de Cerimonial e Relações Públicas, Maria Magdala de Mesquita N. dos Santos

É graduada em Relações Internacionais e pós-graduada em língua portuguesa. Possui vasta experiência em embaixadas. Foi aprovada no primeiro concurso para o STJ em 1989. Assumiu o cargo de assessora-chefe em 2006. Passou pelo MP, pelo CNJ e agora voltou para casa. Segundo Magui, como prefere ser chamada, o trabalho da área influencia diretamente na imagem institucional, que se forma nas interações entre os órgãos e pessoas. A proposta da Assessoria é "olhar para dentro do Tribunal, para os servidores e, com essa ferramenta de trabalho [o Cerimonial], poder contribuir para consolidar a imagem de Tribunal da Cidadania que o STJ já conquistou na sociedade de hoje".

Secretário de Segurança, Antonio Silva Nascimento

É servidor da PF desde 1988. Chefiou as delegacias de Ordem e Política Social, de Defesa Institucional e de Imigração quando foi convidado para assumir a SSE do STJ pela primeira vez, em 2004. Ficou na Casa até 2008, retornou à PF, passou pelo CNJ e agora retorna ao cargo. Nascimento dará continuidade às ações já em andamento e pretende implementar boas práticas de outros órgão públicos. "Vamos tentar resgatar a questão do STJ ser novamente um referencial em segurança institucional e a motivação através da valorização do servidor".



Assessor-Chefe de Assuntos Parlamentares, Sebastião Evande Jorge

É bacharel em Direito e especialista em processo legislativo. Passou pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, foi assessor parlamentar no CNJ, no TSE e no STF. Destacou-se pelo trabalho no Congresso sobre a PEC da Reforma do Judiciário. No STJ, já é a terceira vez que assume o cargo. Para ele, a atuação da área junto ao Legislativo deve ser incansável, já que a unidade promove negociações para conseguir a aprovação dos projetos de interesses da Corte naquele Poder.

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

TRIBUNAL

Nova administração promete recobrar o ânimo dos servidores

Fôlego novo

Cem dias de preparação que culminam em 8 de dezembro, o Dia da Justiça. Esse foi o prazo estabelecido pelo presidente do Tribunal, ministro Felix Fischer, para que as secretarias mostrem cerca de 50% por cento das 51 ações previstas para os próximos dois anos. As palavras base serão: motivação e eficiência.

Felix Fischer, conhecido pela determinação e busca constante pelo conhecimento e modernização, já começa a mostrar os sinais dessas bandeiras com o inicio do Plano Anual de Capacitação e com a promessa de consolidar o processo eletrônico, por meio de um convênio com a OAB e com outras instituições do Judiciário.

À frente do maior tribunal infraconstitucional do país, o presidente acredita que "ninguém é o dono da verdade". Partindo desse principio, Fischer garante que irá conduzir a presidência com a participação de todos os gestores, ou seja, de forma similar ao trabalho em seu gabinete. "No meu gabinete, nós costumamos trocar ideias de toda matéria relevante. Os assessores têm a atuação destacada e, mesmo que eu tenha opinião formada sobre algum tema, procuro trocar ideias com todos eles, porque eu acho que ninguém pode ser considerado o dono da verdade".

Motivação

O pontapé inicial foi dado na primeira reunião com a alta administração do STJ. O presidente Fischer apresentou a todos os secretários e assessores-chefes as metas prioritárias da gestão. Todos receberam um portfólio de projetos pré-selecionados para validação e futura consolidação como estratégicos.

"A preocupação é que o pessoal trabalhe motivadamente. A renovação no Secretariado foi muito grande, inclusive a faixa etária caiu um pouco. Para eles é um desafio. Se tudo correr bem, vamos atingir as nossas metas", afirmou o presidente.

Para começar, Fischer quer um corpo funcional com orgulho de ser parte importante do Tribunal. "É preciso sempre renovar a motivação nos servidores. As pessoas têm que trabalhar motivadas, seja ministro ou servidor. É uma preocupação desta administração manter aceso o foco nas pessoas, sem se esquecer do aperfeiçoamento dos setores onde for preciso", explica Felix Fischer. Cada unidade do Tribunal precisa ter consciência de seu papel para que o STJ possa funcionar perfeitamente em prol da sociedade, conclui.

Como entende o diretor-geral, Mauricio Carvalho, o equilíbrio e a produtividade estão intimamente ligados à reconstrução motivacional nos servidores. "Nós queremos que os servidores se sintam motivados, que entendam que a Administração veio para trazer melhorias, tranquilidade e serenidade ao Tribunal, para que nós possamos alcançar todos os objetivos que foram apresentados ao presidente".

> *"Um dos desafios que temos pela frente é a efetiva completude da implementação do processo eletrônico, ou seja, tirar o processo dessa região híbrida na qual ele se encontra e torná-lo, efetivamente, um processo totalmente virtual."*

Foto: Gustavo Lima

Motivação e eficiência devem marcar a gestão

Nesse sentido, depois de quatro anos o Tribunal retoma a comemoração pelo Dia do Servidor. Também devem retornar o espaço de conveniência, com serviços de engraxataria e salão de beleza. Além disso, está prevista a implantação de projetos voltados para a valorização do servidor, por meio de parcerias com a Associação de Servidores.

No próximo ano, em outubro, o STJ completa 25 anos de criação, e a administração garante que a comemoração do jubileu de prata não passará em branco. A definição do plano de comunicação será finalizado no fim do ano, mas o tema do tradicional calendário de mesa e da agenda pessoal, que também volta a ser produzida, será a data histórica.

Eficiência

O Tribunal tem 263 mil processos aguardando julgamento, com 27 mil processos que chegam por mês, de acordo com as estatísticas. "Assim, precisamos estar atentos à questão da modernização. A nossa bandeira", conforme explica o secretário-geral da Presidência, André Salge.

Diante desse contexto, a Presidência vê na consolidação do processo eletrônico o grande canal de modernização, para uma prestação judicial efetiva ao cidadão. "Umas das coisas é modernizar o processamento eletrônico, muito embrionário ainda. Temos a digitalização, que foi um grande avanço. Agora falta o processo eletrônico propriamente dito. Depois temos que aperfeiçoar alguns setores do Tribunal", garante Fischer. O trabalho irá contar com parcerias entre instituições da Justiça, além de diversas unidades do Tribunal.

Outra medida é a criação do Comitê de Imprensa. O presidente se reuniu com jornalistas de diversos veículos de comunicação para discutir a proposta. A intenção, segundo Fischer, é aproximar cada vez mais o STJ da sociedade por meio da imprensa.

Em linhas gerais o objetivo da administração é promover a modernização para que os servidores e cidadãos se sintam atendidos pelos serviços oferecidos pelo Tribunal da Cidadania, conclui Fischer. ▪

Karla Bezerra
aredes@stj.jus.br

SEMANA DO SERVIDOR

STJ comemora Semana do Servidor com agenda repleta de eventos

Uma orquestra afinada!

A musicalidade do Superior Tribunal da Justiça é de alto nível. Maestro e músicos entram em sintonia e o espetáculo agrada em cheio à plateia.

O presidente Felix Fischer, atual maestro da grande orquestra STJ, produz os primeiros acordes para promover a afinação necessária de sua gestão totalmente voltada para os servidores.

Por isso, em comemoração ao Dia do Servidor, instituído pelo Decreto 1.713/39, o Tribunal prolonga um pouco mais a data e festeja a Semana do Servidor, com uma agenda lotada de eventos. É um presente que a Administração prepara com esmero e transforma em uma grande festa. São exposições, oficinas, palestras, ações sociais e debates, tudo para proporcionar momentos de integração e bem-estar a todos no Tribunal.

O secretário de Gestão de Pessoas, Fabiano de Andrade Lima, é um dos que estão empenhados em fazer da data um momento inesquecível. Ele destaca a importância da data e da profissão de servidor público, com um entusiasmo muito além dos deveres do cargo.

"É um privilégio participar do resgate das comemorações do Dia do Servidor Público no STJ. Os sentimentos são os mais positivos em poder participar da organização das ações que propiciarão aos servidores do STJ momentos de reflexão e orgulho institucional", afirma.

Ele ressalta o próprio significado da palavra servidor: aquele que dedica suas atividades a servir; que trabalha com uma das atividades mais nobres: servir, atender, cuidar e proteger o cidadão. "No Tribunal da Cidadania, essa atividade reveste-se de maior significância, onde os servidores pautam-se na visão de futuro do órgão para oferecer uma justiça de qualidade, rápida e efetiva; humanizando o trabalho e percebendo que as atividades diárias impactam a vida do cidadão", complementa, e conclui: "Por tudo isso, é preciso reconhecer a importância, valorizar e celebrar o Dia do Servidor Público".

A Associação dos Servidores do STJ (ASSTJ), um dos parceiros da festa, afirma ser merecida a comemoração e que a data deve ser celebrada com orgulho. Para o presidente da instituição, Vinícios José Mota Couto, esta é apenas uma das formas de corresponder ao voto de confiança por eles empenhado à entidade. "A lei vem sendo modificada ao longo dos anos, mas sua essência ainda preserva o caráter de imprescindibilidade do servidor público ao bom funcionamento do Estado", destaca.

O ponto alto da festa, na Semana do Servidor, o evento Sinfonia Organizacional, que acontece no penúltimo dia das comemorações, preencherá cada canto do Tribunal, corações e mentes, com o belíssimo som produzido por uma orquestra de 33 músicos. O ministro Fischer abre a festa.

E, você, servidor, é parte importante dessa orquestra afinada. ▪

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Confira a programação:

Dia 20/10 - sábado
9h - IX Corrida do Judiciário.

De 23 a 26/10 - Praça do Servidor
9h-19h - Chá com Arte.
9h-19h - Estande da Estação de Metarreciclagem de Samambaia.
9h-19h - Exposição de arte da Associação Brasiliense dos Deficientes Visuais.
9h-19h - Distribuição de kits reciclados.
10h-17h - Feira orgânica.
10h-19h - Espaço da beleza - massagem rápida, limpeza de pele, hidratação e curso de maquiagem.

Dia 22/10 - segunda-feira
15h30-17h - Outubro Rosa: chat sobre câncer de mama com Alberto Carlos Zaconeta, na intranet.
17h - Minioficina Gerenciamento do Estresse, na SIS.

Dia 23/10 - terça-feira
10h-12h - Oficina de artesanato - caixa de costura, na Praça do Servidor.
11h – Oficina de pão, na Praça do Servidor.
13h-16h - Cinedebate Cooperação e Equipe, com o filme: A Corrente do Bem, na Sala de Conferências.
14h - Minioficina Gerenciamento do Estresse, na SIS.
15h - Oficina de pão, na Praça do Servidor.
16h-18h - Oficina de culinária - nhoque, 9º andar do edifício Ministros I.
17h-18h - Talk-Show Saúde Mental, na Sala de Conferências (pela intranet).

Dia 24/10 - quarta-feira
11h - Minioficina Gerenciamento do Estresse, na SIS.

Dia 25/10 - quinta-feira
9h-19h - Demonstração de fabricação de vassouras com garrafas pet, na Praça do Servidor.
10h-12h - Oficina de artesanato – caixa de costura, na Praça do Servidor.
14h - Mini oficina Gerenciamento do Estresse, na SIS.
15h-17h30 - Sinfonia Organizacional - orquestra sob a regência do maestro Walter Lourenção. Abertura do evento com pronunciamento do presidente Felix Fischer, no Auditório Externo.
16h - Oficina de escultura em argila, na Praça do Servidor.
16h às 18h - Oficina de culinária, 9º andar do edifício Ministros I.

Dia 26/10 - sexta-feira
11h - Minioficina Gerenciamento do Estresse, na SIS.
16h-17h30 - Palestra Educação Financeira, no Auditório Externo.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Secretário-geral da Presidência:** André Luiz Salge Pereira • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Hélio Ramos • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XVII • nº 87 NOV/DEZ 2012

GESTÃO

Acompanhe as mudanças implementadas na Casa nesses 100 dias de gestão do ministro Felix Fischer

Cem dias de gestão

O dia 8 de dezembro, quando celebramos o Dia da Justiça, marcou também os 100 primeiros dias de gestão do ministro Felix Fischer na administração do STJ. Ao assumir a Presidência, foram estabelecidas 40 metas prioritárias para esses primeiros dias do mandato. As metas buscam a modernização da estrutura do Tribunal, a racionalização das condutas e a motivação dos servidores da Casa no desempenho de suas atividades.

De acordo com o ministro Fischer "O magistrado deve estar sempre atento às mudanças sociais e econômicas, para melhor reconhecer os anseios dos jurisdicionados e, principalmente, para ter a tranquilidade de trabalhar na missão de velar pela segurança e paz jurídicas".

Coube à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG) a tarefa de amarrar todas as ações com o planejamento estratégico da Casa, identificar as áreas responsáveis por cada uma delas e colaborar com as unidades para que tudo fosse concluído a tempo e a contento.

Racionalizar

Uma das preocupações do ministro é a modernização do processamento eletrônico. Para ele, a grande disparidade entre a quantidade de processos que chega ao Judiciário e os feitos que um magistrado consegue solucionar demonstra a necessidade do aprimoramento constante do sistema.

Com esse objetivo, a Secretaria Judiciária (SJD) do Tribunal trabalha para instituir, em 2013, a obrigatoriedade do peticionamento em forma eletrônica. Mensalmente, o STJ recebe a média de 45 mil petições incidentais. Desse total, apenas 25% chegam por meio digital – volume que ainda está aquém do desejado, afirmou a Coordenadoria de Protocolo de Petições e Informações Processuais.

Além disso, já está em funcionamento, em caráter experimental, um projeto de integração eletrônica entre a Procuradoria-Geral da República e o STJ. A proposta é que os documentos entre as duas instituições sejam encaminhados por meio eletrônico, buscando a racionalização dos processos.

Motivação

Preocupado em ampliar a motivação profissional no ambiente do STJ e estimular a produtividade dos servidores, o ministro Felix Fischer instituiu uma série de ações e projetos para o público interno.

A Semana do Servidor e os projetos voltados para a saúde física e mental da sua equipe, como as oficinas de gerenciamento de estresse e os chats para a saúde do homem e da mulher são alguns exemplos.

Outra ação da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), que contou com 514 inscritos, foi o programa de reeducação alimentar STJ de Olho na Balança. A meta era que cada participante emagrecesse 5% de seu peso inicial ou o necessário para atingir o Índice de Massa Corpórea adequado. Resultado: o Tribunal perdeu mais de uma tonelada!

O STJ também se ajustou à lei 5.010/66 e alterou o feriado de fim de ano. Agora, segundo o texto da lei, "serão feriados na Justiça Federal, inclusive nos tribunais superiores, os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive".

De acordo com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), a ampliação do feriado de fim de ano não é uma benesse, mas uma forma de igualar o STJ à situação do próprio CNJ, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar.

Além disso, os estagiários, tanto os de nível médio quanto os de nível superior, tiveram aumento na bolsa. "A bolsa do STJ era a menor no âmbito dos tribunais superiores. O que fizemos, na verdade, foi uma recomposição de valores. Foi uma medida que surtiu bastante efeito", observou a SGP. O último processo seletivo para estágio no STJ, realizado em 27 de outubro, teve 8.051 inscritos.

Pequenas mudanças também foram realizadas na estrutura física do Tribunal. Os terminais bancários de autoatendimento foram realocados em pontos no subsolo dos Plenários, na Central de Atendimento e no edifício da Administração, trazendo mais comodidade aos usuários.

STJ e o público externo

O projeto Infovia, que trata da interligação do STJ a uma rede de dados que integra os tribunais do país, foi ampliado. De acordo com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), "o STJ é o maior usuário dessa rede, pois os processos eletrônicos encaminhados pelos tribunais do país utilizam a Infovia".

O Tribunal também está preocupado com o bem-estar dos profissionais que vêm à Corte, seja em busca de informação ou da prestação jurisdicional, fato que motivou a instalação de um Comitê de Imprensa, no térreo do edifício dos Plenários, e de uma unidade avançada da Sala dos Advogados, no segundo andar do edifício da Administração.

Para o ministro Felix Fischer, a criação do Comitê de Imprensa, inaugurado em meados de novembro, é um reconhecimento e uma dignificação à tarefa de informar, que ele considera indispensável à cidadania em uma sociedade democrática.

Mais uma novidade: os advogados que militam com frequência no Tribunal, atuando em pelo menos três processos e fazendo seis ou mais visitas mensais, podem requerer crachá permanente com foto, para uso exclusivo nas dependências do Tribunal. O documento, válido por um ano, poderá ser renovado por igual período.

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

O Dia da Justiça, 8 de dezembro, foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas, com a Lei 1.408, de 9 de agosto de 1951, e teve o intuito de prestar uma homenagem ao Poder Judiciário.

Para os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a data, comemorada em todo o território nacional, deve ser reverenciada com uma reflexão por parte dos juízes sobre seu papel no mundo contemporâneo.

"Temos de aplicar o ordenamento jurídico, as regras pertinentes, mas nunca esquecer o lado humano das coisas. O principal na nossa atividade é a pessoa dedicar-se, de corpo e alma, ao acerto da prestação jurisdicional." avalia o ministro Felix Fischer, presidente do STJ.

Para o ministro Arnaldo Esteves Lima, a reflexão sobre o significado social da justiça, entendida como a prestação jurisdicional do estado, é o que evoca especificamente tal data. "A realização de justiça há de ser diuturna. A data especial enfocada, no entanto, convida-nos a um especial aprofundamento em seu sentido e alcance, qual seja, a busca da paz social", diz ele.

"Nessa data festiva, temos de reafirmar o compromisso de fazer com que o Poder Judiciário, em sua missão constitucional, seja um instrumento de pacificação social", afirma o ministro Humberto Martins. E acrescenta: "Sem justiça, não há cidadania; sem cidadania, não há estado democrático de direito."

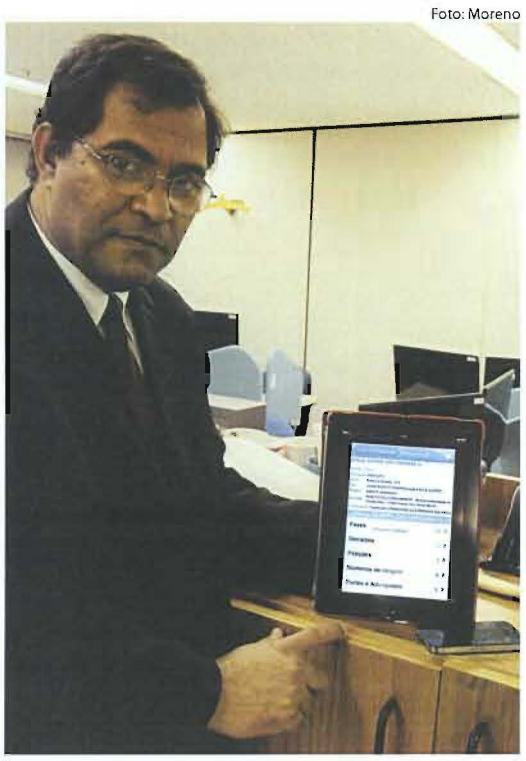
STJ cria aplicativo para iPhone e dá mais um passo na modernidade virtual

Comunicação em tempo hábil

Praticidade, rapidez e comodidade. Estes são os atributos que caracterizam o serviço prestado pelo aplicativo para iPhone, criado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) do STJ. O dispositivo, que é o primeiro desenvolvido por servidores do Judiciário a ser aprovado pela Apple Store, foi disponibilizado ao público em outubro deste ano, e permite pesquisar informações processuais em um equipamento que cabe na palma da mão.

"O objetivo do aplicativo é dar a informação do processo ao usuário onde ele estiver, da forma mais simples possível. Se um advogado está, por exemplo, em uma reunião e necessita dar uma olhada em um processo, ele não precisa abrir um notebook e esperar o início do sistema para fazer uma consulta na internet", explica Osmar Rodrigues de Souza, servidor da Seção de Soluções para a Área Judicial (Sesaj/STI), um dos desenvolvedores do novo software.

Foto: Moreno



Osmar Souza: "o STJ nas mãos dos cidadãos"

E para que isto aconteça não existem fronteiras. O usuário pode estar em qualquer lugar do mundo; basta ter um iPhone e estar conectado em uma rede 3G ou Wi-Fi para obter a informação que deseja. "As informações que o Tribunal presta já estão na web desde 2001. A grande diferença do aplicativo é que ele já está no formato do telefone e dá a informação mais facilmente, e ainda com alguns adendos que a web não traz, como o de poder gravar o histórico de processos consultados e marcar um processo em Favoritos", acrescenta Osmar.

Esta primeira versão do programa permite que o usuário realize sua consulta de três formas: pelo número do registro, pela classe e número do processo, ou ainda pelo número único. "O aplicativo mostra também as decisões publicadas, o andamento do processo e as petições. A formatação do sistema torna tudo muito mais fácil. O intuito é ter mais funcionalidades que não podem ser conseguidas no sistema de consulta web, conta Paulo Braga Filho, servidor da Sesaj.

Conhecimento e boas ideias

Entusiastas por tecnologia, os servidores da STI puseram a ideia do aplicativo em prática a partir das ferramentas de que já dispunham na realização das atividades diárias na unidade. "Comecei a fazer os desenhos, mostrei ao colega Paulo Filho, um programador com boas ideias, que se interessou por esta e, então, juntamos os conhecimentos e fizemos a aplicação", relata Osmar.

"Aproveitamos o serviço de consulta que já havia sido feito para os terminais de autoatendimento e adequamos algumas funcionalidades para que fosse possível que a consulta pudesse ser feita pelos smartphones", acrescenta Paulo Filho.

A Seção de Soluções para a Área Judicial da STI desenvolve os aplicativos para a área judiciária do Tribunal, como processamento, deslocamento de processos, entre outros. "Temos bom conhecimento do trâmite dos autos, o que facilitou a criação do aplicativo", acrescenta o servidor, que ressalta: "Tem toda uma infraestrutura que dá apoio ao Sistema Justiça e outras que estão sendo usadas neste aplicativo", relata Osmar.

O software foi apresentado no final do ano passado ao então secretário da STI, que aprovou a ideia. A nova administração assinou embaixo e mandou continuar os procedimentos para fechar o produto.

Apesar de o formato do aplicativo ter sido elaborado especificamente para iPhone, ele também pode ser executado em iPads.

Segundo a STI, quase 500 pessoas já baixaram o aplicativo, dentro e fora do Brasil. É o STJ usando a tecnologia em prol da sociedade.

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

Consumo consciente e colaborativo contribui para diminuição de custos

Economia de gastos

Diferença de mais de 30%. Uma significativa redução dos gastos para manter o bom funcionamento da casa. Faça as contas: R$ 5.152.400 gastos até outubro deste ano, com estimativa de que chegue a R$ 8 mi totais em 2012, contra cerca de R$ 12 mi em 2009.

Essa redução só está sendo possível (e o gerúndio é usado aqui pela continuidade da ação) porque o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ tem uma meta estabelecida desde 2009 para a redução de gastos. O objetivo é atingir todas as áreas do Tribunal para a conscientização e o bom uso dos recursos naturais e materiais utilizados no ambiente de trabalho, como a gestão sustentável da água, suprimentos e almoxarifado, da energia elétrica e a gestão dos resíduos.

Até o final do ano, a Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece que os tribunais devem reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível. A ideia, ao estabelecer essa meta, é estimular os tribunais a criar procedimentos que reduzam o consumo desses insumos e serviços em razão de dois aspectos: o ambiental e o financeiro.

E, para melhorar esse resultado, o Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ fez em 2009 um levantamento de dados para acompanhar o que é consumido no Tribunal. A coordenadora do Programa de Responsabilidade Socioambiental, Ketlin Feitosa, explica como é feito esse levantamento: "Nas campanhas que realizamos em parceria com a Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio (CSUP), nós levantamos os dados de consumo. A unidade nos fornece uma planilha de consumo com todo o material que ela usou. Com base nessas informações, montamos apresentações para cada unidade, mostrando aquilo que mais foi gasto. O objetivo é envolver o Tribunal, com a inserção dos gestores e servidores na conscientização do consumo. O consumo tem de ser colaborativo, todos tem de participar. Quem faz esse número diminuir ou aumentar é o conjunto de servidores de cada unidade, porque são eles que consomem".

Esplanada Sustentável

A proposta da economia de gastos possibilita ao STJ a participação no Projeto da Secretaria de Orçamento Federal, conhecido como Esplanada Sustentável, programa que incentiva órgãos federais a praticar a sustentabilidade e a usufruir dessa prática. O objetivo é a melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e a inserção da ideia socioambiental no ambiente de trabalho.

Ketlin demonstra entusiasmo ao falar sobre a Esplanada Sustentável. "Com esse projeto, vamos receber de volta 50% do valor de tudo que nós economizarmos. Os gestores vão poder reverter ao Tribunal, para a melhoria da infraestrutura," explica.

Consumo consciente e colaborativo

Por meio de um canal de comunicação entre os servidores e os ecoparceiros, você pode fazer sugestões ou reclamações sobre determinado produto, e o ecoparceiro de sua área vai sugerir sobre a eventual necessidade de trocar a empresa fornecedora.

O chefe da Seção de Copa, Hernandes Brasil, destacou a função dos ecoparceiros na administração do STJ. "Os ecoparceiros são pessoas que têm compromisso com a questão ecológica. Depois que o socioambiental foi nas seções, fez sua exposição e a explanação de gastos, logo as pessoas que lideravam seus setores se colocaram como ecoparceiros e adotaram as medidas que o Socioambiental sugeriu", afirma.

O Programa de Responsabilidade Socioambiental trabalha com diversas áreas do STJ para diminuir o consumo desenfreado. Um bom exemplo de conscientização é no momento de solicitar material de consumo.

Para fazer o pedido de material de consumo o gestor tem de informar no pedido qual o saldo disponível em estoque e justificar a necessidade para o almoxarifado liberar os itens pedidos, disseminando assim o consumo consciente e colaborativo.

Conforme explica o chefe da Seção de Controle de Consumo de Material (SEPCO), Lucimar de Oliveira, "o papel do socioambiental no processo de escolha desse material se desenvolve em três fases: a compra de bons produtos e com critérios de sustentabilidade; as visitas nas unidades e apresentação do consumo real; e o descarte do material. Após essa explicação, as pessoas entendem que são parte do processo", afirma.

A conscientização dos servidores é de extrema importância para fazerem parte do consumo consciente e colaborativo. Ketlin convida os servidores a participar mais das ações do Programa de Responsabilidade Socioambiental: "Venha fazer parte dessas campanhas conosco, traga boas ideias, faça suas sugestões e críticas, ajude-nos a trabalhar melhor por vocês".

O STJ se destaca por ter uma campanha bastante atuante na área ambiental e é o primeiro a ter a política de consumo consciente e colaborativo entre os órgãos federais. Faça também parte desse esforço. Ajude a economizar e a reduzir os gastos da gestão pública.

Flávia Ferrer
ferrer@stj.jus.br

Foto: Moreno

Ketlin Feitosa: Campanhas de conscientização ajudam a reduzir despesas do Tribunal.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Felix Fischer • **Secretário-geral da Presidência:** André Luiz Salge Pereira • **Diretor-geral:** Mauricio Antonio do Amaral Carvalho **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Coordenadora de Editoria e Imprensa:** Regina Célia Amaral • **Editora do Informe-se:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Hélio Ramos • **Diagramação:** André Sette/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br